

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 2024.10.03.1

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 114962024

Torna-se público que a Prefeitura Municipal do Crato/CE, por meio **DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**, sediada no Largo Júlio Saraiva, s/n, Centro, Crato/CE, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS** na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal nº 1602001/2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

DO ACESSO AO EDITAL E DO LOCAL DE REALIZAÇÃO

O Edital está disponível gratuitamente nos sítios <https://licitacoes.tce.ce.gov.br/> ou <https://www.gov.br/pncp/pt-br>. O certame será realizado por meio do <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO	MENOR PREÇO
INÍCIO DO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS	08/10/2024
DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS	18/10/2024
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS	18/10/2024
VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO	R\$ 6.928.891,97
REGIME DE ENTREGA	POR DEMANDA
MODO DE DISPUTA	ABERTO
PREGOEIRA	VALÉRIA DO CARMO MOURA

A escolha do agrupamento em lotes justifica-se em virtude de os mesmo guardarem compatibilidade entre si, observando-se, inclusive, as regras de mercado para a contratação dos produtos, de modo a manter a competitividade necessária a disputa.

1. OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é **Seleção De Melhor Proposta Para Registro De Preços Visando Futuras E Eventuais Contratações Para Aquisição De Materiais Didáticos Para Atender As Necessidades Da Secretaria De Educação Do Município De Crato/Ce,** conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em **LOTES**, formados por um ou mais itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos for de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.

1.3. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

- 1.3.1. As despesas decorridas da Ata de Registro de Preços correrão pela fonte de recurso do(s) órgão(s) participantes do SRP (Sistema de Registro de Preço), a ser informado quando da lavratura do Instrumento Contratual.

2. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

- 2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras) ou Sistema Banco do Brasil S.A (www.licitacoes-e.com.br).
- 3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf ou Banco do Brasil até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- 3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 3.5. A escolha do agrupamento em lotes justifica-se em virtude de os mesmos guardarem compatibilidade entre si, observando-se, inclusive, as regras de mercado para a contratação dos produtos, de modo a manter a competitividade necessária à disputa.
- 3.6. No objeto em tela, caso fosse adotado o critério de julgamento por item, geraria um número muito grande de vencedores para o atendimento de um mesmo objeto, o que dificultaria a coordenação das atividades, pois a Secretaria de Educação não conta com servidores suficientes para fiscalizar e acompanhar um elevado número de contratos. Desta feita optamos pelo critério de julgamento menor preço por Lote.
- 3.7. No que diz respeito ao princípio da economicidade em contratar a proposta mais vantajosa, individualizar a contratação do aludido objeto sobrecarrega a administração pública e encarece o contrato final, haja vista também que os licitantes possuem margem de negociação maior por estarem comercializando uma maior parcela (Lote) do objeto licitado. Desta forma, na divisão do objeto por lote, há um grande ganho para a Administração na economia de escala, tendo em vista que implicaria em aumento de quantitativos e conseqüentemente, numa redução de preços a serem pagos pela

Administração.

3.8. **Os Grupos 02, 05 e 06 serão reservados às microempresas**, empresas de pequeno porte e as cooperativas que se enquadram nos termos disposto no inciso III do art. 48, da Lei Complementar nº 123/2006, e alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 147/2014.

3.9. Não havendo vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal, ou diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem preço do primeiro colocado.

3.10. Se a mesma licitante vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

3.11. **Os Grupos 01, 03 e 05 serão de ampla disputa.** Serão garantidas aos licitantes microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas que se enquadrem nos termos do art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, como critério de desempate, preferência de contratação nos termos previsto na Seção I, do Capítulo V, da Lei Complementar nº 123/2006 e alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 147/2014.

3.7. NÃO PODERÃO DISPUTAR ESTA LICITAÇÃO:

3.7.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.7.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 05 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

3.7.9. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.7.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021:

3.7.12. O impedimento de que trata o item 3.7.4 será também aplicada ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.7.13. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.1 e 3.7.2, poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.7.14. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.7.15. O disposto nos itens 3.7.2 e 3.7.3, não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.7.16. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.7.17. A vedação de que trata o item 3.7.8, estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecido no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens deste Edital.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data

- de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 4.4.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 4.4.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 4.4.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.6. sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 4.11.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 4.11.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 4.12.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço;
- 4.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.11, possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- a) valor unitário do item e seu valor global.
- b) Marca:

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.7.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60(sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.7.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.7.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 3.9.

5.7.4. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes pú-

blicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicado neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeira e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor global do **Grupo**.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser 01 (um) segundo.

6.9. O licitante poderá uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeira, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.13.1. Não havendo pelo menos 03 (três) propostas nas condições definidas no item 6.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeira, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.13.7. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.14. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "fechado e aberto", poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.14.1. Não havendo pelo menos 03 (três) propostas nas condições definidas no item 6.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.14.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.14.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.14.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.14.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a Pregoeira, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.14.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.15. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.16. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.17. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.18. No caso de desconexão coma Pregoeira, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.19. Quando a desconexão do sistema eletrônico para a Pregoeira persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeira aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.20. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

243

(w)

6.21.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.21.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 05 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.21.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.21.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.22. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.22.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.22.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.22.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.22.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.22.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.22.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.22.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.22.2.1.1. empresas brasileiras;

6.22.2.1.2. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.22.2.1.3. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, a Pregoeira poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.23.1. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.



6.23.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.23.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.23.5. APregoeira solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **02(duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.23.6. É facultado a Pregoeira prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.24. Após a negociação do preço, aPregoeira iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, a Pregoeira verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF.

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, aPregoeira verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.6 e 4.6 deste edital.

7.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, aPregoeira examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

7.6. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, informa-se que foram utilizados os seguintes acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração:

7.6.1. indicar os acordos, dissídios ou convenções coletivas.

- 7.6.2. O(s) sindicato(s) indicado(s) no subitem acima não é (são) de utilização obrigatória pelos licitantes, mas, ao longo da execução contratual, sempre se exigirá o cumprimento dos acordos, dissídios ou convenções coletivas adotados por cada licitante/contratado.
- 7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 7.7.1. contiver vícios insanáveis;
 - 7.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
 - 7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
 - 7.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
 - 7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 7.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 7.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o *caput*, só será considerada após diligência do Pregoeira, que comprove:
- 7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
 - 7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 7.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 7.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.10.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.
 - 7.10.2. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.
 - 7.10.3. Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

- 7.10.4. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.
- 7.10.5. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.
- 7.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;
- 7.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 7.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 7.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 7.13. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.14. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 7.15. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 7.16. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pela Pregoeira, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 7.17. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), a Pregoeira analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8. FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021, que são:

8.1.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA

8.1.1.1 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.1.1.2. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Micro-empendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.1.1.3 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.1.1.4. Sociedade Simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.1.1.5. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.1.1.6. Ato de autorização para o exercício da atividade;

8.1.1.7. Documento de identificação do responsável legal (com foto) válido na forma da Lei;

8.1.1.2. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.1.2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

8.1.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

8.1.2.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.1.2.3. Prova de regularidade com a Fazenda federal, estadual e municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

8.1.2.4. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

8.1.2.5. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho (Mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943);

8.1.2.6. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

8.1.2.7. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n.º 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal;

8.1.3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.1.3.1. Qualificação Técnica

8.1.3.2. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.1.3.3. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.1.3.4. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.1.3.5. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.1.4. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto n.º 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.5. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.7. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei n.º 14.133/2021.

8.8. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63. I. da Lei nº 14.133/2021).

8.9. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.10. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.11. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.12. A verificação pela Pregoeira, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.13. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf ou Banco do Brasil serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02(duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação da Pregoeira.

8.14. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

8.15. A verificação no Sicaf/Banco do Brasil ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.16. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.17. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.18. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência.

8.18.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.18.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.19. Na análise dos documentos de habilitação, a Pregoeira poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.20. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, a Pregoeira examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.16.

8.21. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.22. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

8.23. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8.24 APÓS A ANÁLISE DA HABILITAÇÃO A SRA. PREGOEIRA SOLICITARÁ DO MESMO A APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO DA EDITORA, GARANTINDO O FORNECIMENTO DOS PRODUTOS, EM UM PRAZO DE 02(DOIS) DIAS ÚTEIS.

9. ATA DE REGISTRO DE PREÇO

9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05(cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- (a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- (b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

9.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

9.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

9.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

9.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

9.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

10.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

- 10.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original
- 10.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata
- 10.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.
- 10.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 10.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses.
- 10.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou
- 10.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.
- 10.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:
- 10.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- 10.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11. RECURSOS

- 11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 11.2. O prazo recursal é de 03 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
- 11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 11.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

- 11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 11.7. O prazo para apresentação de contra-razões ao recurso pelos demais licitantes será de 03 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados nos sítios eletrônicos.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 12.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Agente de Contratação durante o certame;
- 12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
- 12.1.2.1 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 12.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 12.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 12.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
- 12.1.1.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 12.1.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 12.1.1.7. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 12.1.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 12.1.1.9. fraudar a licitação
- 12.1.2. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 12.1.2.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 12.1.2.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 12.1.2.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 12.1.2.4. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

- 12.1.2.5. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 12.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 12.2.1. advertência;
- 12.2.2. multa;
- 12.2.3. impedimento de licitar e contratar e
- 12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
- 12.3.2. as peculiaridades do caso concreto
- 12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- 12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
- 12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor previsto da contratação, recolhida no prazo máximo de 15(quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
- 12.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7, 12.1.7, 12.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 0, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 0, 0, 0, 0 e 0, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 0 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 0, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penali-

dades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

- 12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133. de 2021, devendo protocolar o pedido até 03 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 13.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios:licitacrato@gmail.com.
- 13.4 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 13.5 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelaPregoeira, nos autos do processo de licitação.
- 13.6 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelaPregoeira.

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observado os princípios da isonomia e do interesse público.

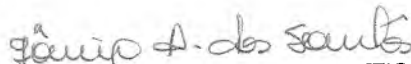
14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), <https://www.crato.ce.gov.br/licitacao.php>, e <https://municipios-licitacoes.tce.ce.gov.br/>.

14.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- a) Anexo I – Termo de Referência;
 - a.1) Apêndice do Termo de Referência (Estudo Técnico Preliminar);
- b) Anexo II – Carta de Proposta
- c) Anexo III – Minuta da Ata de Registro de Preço;
- d) Anexo IV – Minuta do Contrato.

Crato-CE, 04 de outubro de 2024.


TANIA APARECIDA DOS SANTOS

ANALISTA DE GESTÃO


GERMANA MARIA BRITO RODRIGUES ALENCAR
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO



356

[Handwritten signature]

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

[Handwritten signature]

**TERMO DE REFERÊNCIA****AQUISIÇÕES POR REGISTRO DE PREÇOS**

Referência processos Fluxus nº114962024

Referência ETP nº 003/2024/COPED/SME

1 DO OBJETO

Seleção de melhor proposta para registro de preços visando futuras e eventuais contratações para aquisição de materiais didáticos para atender as necessidades da Secretaria de Educação do Município de Crato/CE, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

GRUPO 1 - TIPO III - PARTICIPAÇÃO ABERTA, VINCULADO AO GRUPO Nº 2						
ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UND.	VALOR UNIT (R\$)	QTD.	VALOR TOTAL (R\$)
1	464240	KIT DIDÁTICO PARA EDUCAÇÃO INFANTIL - INFANTIL II, MATERIAL DO ALUNO COMPOSTO DE NO MÍNIMO: 01 (UM) LIVRO "PRIMEIROS PASSOS", CORRESPONDENTE AO INFANTIL II, AUTOR: MARCOS AURÉLIO - EDIÇÃO RENOVADA, CAPA EM SUPREMO 250G COM LAMINAÇÃO BRILHO; 01 (UMA) AGENDA (CAPA EM PAPEL SUPREMO 250G COM PLASTIFICAÇÃO BRILHO E MIOLO EM PAPEL OFFSET 75 G CONTENDO 185 FOLHAS, ESPIRALADA, ADESIVOS, COM GRAVURAS E IMAGENS) E LIVRO DO ALUNO.	KIT	372,13	856	318.543,28
2	464240	KIT DIDÁTICO PARA EDUCAÇÃO INFANTIL - (INFANTIL III), MATERIAL DO ALUNO COMPOSTO DE NO MÍNIMO: 01 (UM) LIVRO "PRIMEIROS PASSOS VOL 1", CORRESPONDENTE AO INFANTIL III, AUTOR: MARCOS AURÉLIO - EDIÇÃO RENOVADA, CAPA EM SUPREMO 250G COM LAMINAÇÃO BRILHO; 01 (UMA) AGENDA (CAPA EM PAPEL SUPREMO 250G COM PLASTIFICAÇÃO BRILHO E MIOLO EM PAPEL OFFSET 75 G CONTENDO 185 FOLHAS, ESPIRALADA, ADESIVOS, COM GRAVURAS E IMAGENS) E LIVRO DO ALUNO.	KIT	372,13	856	318.543,28
3	464241	KIT DIDÁTICO PARA EDUCAÇÃO INFANTIL - (INFANTIL IV), MATERIAL DO ALUNO COMPOSTO DE NO MÍNIMO: 01 (UM) LIVRO "PRIMEIROS PASSOS VOL 2", CORRESPONDENTE AO INFANTIL IV, AUTOR: MARCOS AURÉLIO - EDIÇÃO RENOVADA, CAPA EM SUPREMO 250G COM LAMINAÇÃO BRILHO; 01 (UMA) AGENDA (CAPA EM PAPEL SUPREMO 250G COM PLASTIFICAÇÃO BRILHO E MIOLO EM PAPEL OFFSET 75 G CONTENDO 185 FOLHAS, ESPIRALADA, ADESIVOS, COM GRAVURAS E IMAGENS) E LIVRO DO ALUNO.	KIT	373,38	1065	397.649,70

SECRETARIA
DE EDUCAÇÃO



PREFEITURA DO
CRATO



GRUPO 1 - TIPO III - PARTICIPAÇÃO ABERTA, VINCULADO AO GRUPO Nº 2						
ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UND.	VALOR UNIT. (R\$)	QTD.	VALOR TOTAL (R\$)
4	464241	KIT DIDÁTICO PARA EDUCAÇÃO INFANTIL - (INFANTIL V), MATERIAL DO ALUNO COMPOSTO DE NO MÍNIMO: 01 (UM) LIVRO "PRIMEIROS PASSOS VOL 3", CORRESPONDENTE AO INFANTIL V, AUTOR: MARCOS AURÉLIO - EDIÇÃO RENOVADA, CAPA EM SUPREMO 250G COM LAMINAÇÃO BRILHO; 01 (UMA) AGENDA (CAPA EM PAPEL SUPREMO 250G COM PLASTIFICAÇÃO BRILHO E MIOLO EM PAPEL OFFSET 75 G CONTENDO 185 FOLHAS, ESPIRALADA, ADESIVOS, COM GRAVURAS E IMAGENS) E LIVRO DO ALUNO.	KIT	373,38	1035	386.448,30
VALOR TOTAL (R\$):						1.421.184,56

GRUPO 2 - TIPO III - PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA, VINCULADO AO GRUPO Nº 1						
ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UND.	VALOR UNIT. (R\$)	QTD.	VALOR TOTAL (R\$)
5	464240	KIT DIDÁTICO PARA EDUCAÇÃO INFANTIL - INFANTIL II, MATERIAL DO ALUNO COMPOSTO DE NO MÍNIMO: 01 (UM) LIVRO "PRIMEIROS PASSOS", CORRESPONDENTE AO INFANTIL II, AUTOR: MARCOS AURÉLIO - EDIÇÃO RENOVADA, CAPA EM SUPREMO 250G COM LAMINAÇÃO BRILHO; 01 (UMA) AGENDA (CAPA EM PAPEL SUPREMO 250G COM PLASTIFICAÇÃO BRILHO E MIOLO EM PAPEL OFFSET 75 G CONTENDO 185 FOLHAS, ESPIRALADA, ADESIVOS, COM GRAVURAS E IMAGENS) E LIVRO DO ALUNO.	KIT	372,13	285	106.057,05
6	464240	KIT DIDÁTICO PARA EDUCAÇÃO INFANTIL - (INFANTIL III), MATERIAL DO ALUNO COMPOSTO DE NO MÍNIMO: 01 (UM) LIVRO "PRIMEIROS PASSOS VOL 1", CORRESPONDENTE AO INFANTIL III, AUTOR: MARCOS AURÉLIO - EDIÇÃO RENOVADA, CAPA EM SUPREMO 250G COM LAMINAÇÃO BRILHO; 01 (UMA) AGENDA (CAPA EM PAPEL SUPREMO 250G COM PLASTIFICAÇÃO BRILHO E MIOLO EM PAPEL OFFSET 75 G CONTENDO 185 FOLHAS, ESPIRALADA, ADESIVOS, COM GRAVURAS E IMAGENS) E LIVRO DO ALUNO.	KIT	372,13	285	106.057,05
7	464241	KIT DIDÁTICO PARA EDUCAÇÃO INFANTIL - (INFANTIL IV), MATERIAL DO ALUNO COMPOSTO DE NO MÍNIMO: 01 (UM) LIVRO "PRIMEIROS PASSOS VOL 2", CORRESPONDENTE AO INFANTIL IV, AUTOR: MARCOS AURÉLIO - EDIÇÃO RENOVADA, CAPA EM SUPREMO 250G COM LAMINAÇÃO BRILHO; 01 (UMA) AGENDA (CAPA EM PAPEL SUPREMO 250G COM PLASTIFICAÇÃO BRILHO E MIOLO EM PAPEL OFFSET 75 G CONTENDO 185 FOLHAS, ESPIRALADA, ADESIVOS, COM GRAVURAS E IMAGENS) E LIVRO DO ALUNO.	KIT	373,38	355	132.549,90



GRUPO 2 - TIPO III - PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA, VINCULADO AO GRUPO Nº 1

ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UND.	VALOR UNIT. (R\$)	QTD.	VALOR TOTAL (R\$)
8	464241	KIT DIDÁTICO PARA EDUCAÇÃO INFANTIL - (INFANTIL V), MATERIAL DO ALUNO COMPOSTO DE NO MÍNIMO: 01 (UM) LIVRO "PRIMEIROS PASSOS VOL 3", CORRESPONDENTE AO INFANTIL V, AUTOR: MARCOS AURÉLIO - EDIÇÃO RENOVADA, CAPA EM SUPREMO 250G COM LAMINAÇÃO BRILHO; 01 (UMA) AGENDA (CAPA EM PAPEL SUPREMO 250G COM PLASTIFICAÇÃO BRILHO E MIOLO EM PAPEL OFFSET 75 G CONTENDO 185 FOLHAS, ESPIRALADA, ADESIVOS, COM GRAVURAS E IMAGENS) E LIVRO DO ALUNO.	KIT	373,38	345	128.816,10
VALOR TOTAL (R\$):						473.480,10

GRUPO 3 - TIPO III - PARTICIPAÇÃO ABERTA, VINCULADO AO GRUPO Nº 4

ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UND.	VALOR UNIT. (R\$)	QTD.	VALOR TOTAL (R\$)
9	464248	PROJETO DINÂMICA SAEB (PROVA BRASIL) - LIVRO DO ALUNO PARA O 1º ANO: LÍNGUA PORTUGUESA, 1º ANO, EDITORA DINÂMICA, AUTOR HERMAN REGIS	UND.	155,00	1238	191.890,00
10	464248	PROJETO DINÂMICA SAEB (PROVA BRASIL) - LIVRO DO ALUNO PARA O 1º ANO: MATEMÁTICA, 1º ANO, EDITORA DINÂMICA, AUTORES HERMAN REGIS E FERNANDO REGIS	UND.	155,00	1238	191.890,00
11	464248	PROJETO DINÂMICA SAEB (PROVA BRASIL) - LIVRO DO ALUNO PARA O 2º ANO: LÍNGUA PORTUGUESA, 2º ANO, EDITORA DINÂMICA, AUTOR HERMAN REGIS	UND.	160,00	1073	171.680,00
12	464248	PROJETO DINÂMICA SAEB (PROVA BRASIL) - LIVRO DO ALUNO PARA O 2º ANO: MATEMÁTICA, 2º ANO, EDITORA DINÂMICA, AUTORES HERMAN REGIS E FERNANDO REGIS	UND.	160,00	1073	171.680,00
13	464248	PROJETO DINÂMICA SAEB (PROVA BRASIL) - LIVRO DO ALUNO PARA O 3º ANO: LÍNGUA PORTUGUESA, 3º ANO, EDITORA DINÂMICA, AUTOR HERMAN REGIS	UND.	160,00	1298	207.680,00
14	464248	PROJETO DINÂMICA SAEB (PROVA BRASIL) - LIVRO DO ALUNO PARA O 3º ANO: MATEMÁTICA, 3º ANO, EDITORA DINÂMICA, AUTORES HERMAN REGIS E FERNANDO REGIS	UND.	160,00	1298	207.680,00
15	464248	PROJETO DINÂMICA SAEB (PROVA BRASIL) - LIVRO DO ALUNO PARA O 4º ANO: LÍNGUA PORTUGUESA, 4º ANO, EDITORA DINÂMICA, AUTOR HERMAN REGIS	UND.	160,00	1170	187.200,00
16	464248	PROJETO DINÂMICA SAEB (PROVA BRASIL) - LIVRO DO ALUNO PARA O 4º ANO: MATEMÁTICA, 4º ANO, EDITORA DINÂMICA, AUTORES HERMAN REGIS E FERNANDO REGIS	UND.	160,00	1170	187.200,00
17	464248	PROJETO DINÂMICA SAEB (PROVA BRASIL) - LIVRO DO ALUNO PARA O 5º ANO: LÍNGUA PORTUGUESA, 5º ANO, EDITORA DINÂMICA, AUTOR HERMAN REGIS	UND.	160,00	1253	200.480,00
18	464248	PROJETO DINÂMICA SAEB (PROVA BRASIL) - LIVRO DO ALUNO PARA O 5º ANO: MATEMÁTICA, 5º ANO, EDITORA DINÂMICA, AUTORES HERMAN REGIS E FERNANDO REGIS	UND.	160,00	1253	200.480,00



GRUPO 3 - TIPO III - PARTICIPAÇÃO ABERTA, VINCULADO AO GRUPO Nº 4

ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UND.	VALOR UNIT. (R\$)	QTD.	VALOR TOTAL (R\$)
19	464248	PROJETO DINÂMICA SAEB (PROVA BRASIL) - LIVRO DO ALUNO PARA O 6º ANO: LÍNGUA PORTUGUESA, 6º ANO, EDITORA DINÂMICA, AUTOR HERMAN REGIS	UND.	160,00	1452	232.320,00
20	464248	PROJETO DINÂMICA SAEB (PROVA BRASIL) - LIVRO DO ALUNO PARA O 6º ANO: MATEMÁTICA, 6º ANO, EDITORA DINÂMICA, AUTORES HERMAN REGIS E FERNANDO REGIS	UND.	160,00	1452	232.320,00
21	464248	PROJETO DINÂMICA SAEB (PROVA BRASIL) - LIVRO DO ALUNO PARA O 7º ANO: LÍNGUA PORTUGUESA, 7º ANO, EDITORA DINÂMICA, AUTOR HERMAN REGIS	UND.	160,00	1133	181.280,00
22	464248	PROJETO DINÂMICA SAEB (PROVA BRASIL) - LIVRO DO ALUNO PARA O 7º ANO: MATEMÁTICA, 7º ANO, EDITORA DINÂMICA, AUTORES HERMAN REGIS E FERNANDO REGIS	UND.	160,00	1133	181.280,00
23	464248	PROJETO DINÂMICA SAEB (PROVA BRASIL) - LIVRO DO ALUNO PARA O 8º ANO: LÍNGUA PORTUGUESA, 8º ANO, EDITORA DINÂMICA, AUTOR HERMAN REGIS	UND.	160,00	1275	204.000,00
24	464248	PROJETO DINÂMICA SAEB (PROVA BRASIL) - LIVRO DO ALUNO PARA O 8º ANO: MATEMÁTICA, 8º ANO, EDITORA DINÂMICA, AUTORES HERMAN REGIS E FERNANDO REGIS	UND.	160,00	1275	204.000,00
25	464248	PROJETO DINÂMICA SAEB (PROVA BRASIL) - LIVRO DO ALUNO PARA O 9º ANO: LÍNGUA PORTUGUESA, 9º ANO, EDITORA DINÂMICA, AUTOR HERMAN REGIS	UND.	162,38	1500	243.570,00
26	464248	PROJETO DINÂMICA SAEB (PROVA BRASIL) - LIVRO DO ALUNO PARA O 9º ANO: MATEMÁTICA, 9º ANO, EDITORA DINÂMICA, AUTORES HERMAN REGIS E FERNANDO REGIS	UND.	162,38	1500	243.570,00
VALOR TOTAL (R\$):						3.640.200,00

GRUPO 4 - TIPO III - PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA, VINCULADO AO GRUPO Nº 3

ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UND.	VALOR UNIT. (R\$)	QTD.	VALOR TOTAL (R\$)
27	464248	PROJETO DINÂMICA SAEB (PROVA BRASIL) - LIVRO DO ALUNO PARA O 1º ANO: LÍNGUA PORTUGUESA, 1º ANO, EDITORA DINÂMICA, AUTOR HERMAN REGIS	UND.	155,00	412	63.860,00
28	464248	PROJETO DINÂMICA SAEB (PROVA BRASIL) - LIVRO DO ALUNO PARA O 1º ANO: MATEMÁTICA, 1º ANO, EDITORA DINÂMICA, AUTORES HERMAN REGIS E FERNANDO REGIS	UND.	155,00	412	63.860,00
29	464248	PROJETO DINÂMICA SAEB (PROVA BRASIL) - LIVRO DO ALUNO PARA O 2º ANO: LÍNGUA PORTUGUESA, 2º ANO, EDITORA DINÂMICA, AUTOR HERMAN REGIS	UND.	160,00	357	57.120,00
30	464248	PROJETO DINÂMICA SAEB (PROVA BRASIL) - LIVRO DO ALUNO PARA O 2º ANO: MATEMÁTICA, 2º ANO, EDITORA DINÂMICA, AUTORES HERMAN REGIS E FERNANDO REGIS	UND.	160,00	357	57.120,00
31	464248	PROJETO DINÂMICA SAEB (PROVA BRASIL) - LIVRO DO ALUNO PARA O 3º ANO: LÍNGUA PORTUGUESA, 3º ANO, EDITORA DINÂMICA, AUTOR HERMAN REGIS	UND.	160,00	432	69.120,00



GRUPO 4 - TIPO III - PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA, VINCULADO AO GRUPO Nº 3						
ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UND.	VALOR UNIT. (R\$)	QTD.	VALOR TOTAL (R\$)
32	464248	PROJETO DINÂMICA SAEB (PROVA BRASIL) - LIVRO DO ALUNO PARA O 3º ANO: MATEMÁTICA, 3º ANO, EDITORA DINÂMICA, AUTORES HERMAN REGIS E FERNANDO REGIS	UND.	160,00	432	69.120,00
33	464248	PROJETO DINÂMICA SAEB (PROVA BRASIL) - LIVRO DO ALUNO PARA O 4º ANO: LÍNGUA PORTUGUESA, 4º ANO, EDITORA DINÂMICA, AUTOR HERMAN REGIS	UND.	160,00	390	62.400,00
34	464248	PROJETO DINÂMICA SAEB (PROVA BRASIL) - LIVRO DO ALUNO PARA O 4º ANO: MATEMÁTICA, 4º ANO, EDITORA DINÂMICA, AUTORES HERMAN REGIS E FERNANDO REGIS	UND.	160,00	390	62.400,00
35	464248	PROJETO DINÂMICA SAEB (PROVA BRASIL) - LIVRO DO ALUNO PARA O 5º ANO: LÍNGUA PORTUGUESA, 5º ANO, EDITORA DINÂMICA, AUTOR HERMAN REGIS	UND.	160,00	417	66.720,00
36	464248	PROJETO DINÂMICA SAEB (PROVA BRASIL) - LIVRO DO ALUNO PARA O 5º ANO: MATEMÁTICA, 5º ANO, EDITORA DINÂMICA, AUTORES HERMAN REGIS E FERNANDO REGIS	UND.	160,00	417	66.720,00
37	464248	PROJETO DINÂMICA SAEB (PROVA BRASIL) - LIVRO DO ALUNO PARA O 6º ANO: LÍNGUA PORTUGUESA, 6º ANO, EDITORA DINÂMICA, AUTOR HERMAN REGIS	UND.	160,00	483	77.280,00
38	464248	PROJETO DINÂMICA SAEB (PROVA BRASIL) - LIVRO DO ALUNO PARA O 6º ANO: MATEMÁTICA, 6º ANO, EDITORA DINÂMICA, AUTORES HERMAN REGIS E FERNANDO REGIS	UND.	160,00	483	77.280,00
39	464248	PROJETO DINÂMICA SAEB (PROVA BRASIL) - LIVRO DO ALUNO PARA O 7º ANO: LÍNGUA PORTUGUESA, 7º ANO, EDITORA DINÂMICA, AUTOR HERMAN REGIS	UND.	160,00	377	60.320,00
40	464248	PROJETO DINÂMICA SAEB (PROVA BRASIL) - LIVRO DO ALUNO PARA O 7º ANO: MATEMÁTICA, 7º ANO, EDITORA DINÂMICA, AUTORES HERMAN REGIS E FERNANDO REGIS	UND.	160,00	377	60.320,00
41	464248	PROJETO DINÂMICA SAEB (PROVA BRASIL) - LIVRO DO ALUNO PARA O 8º ANO: LÍNGUA PORTUGUESA, 8º ANO, EDITORA DINÂMICA, AUTOR HERMAN REGIS	UND.	160,00	425	68.000,00
42	464248	PROJETO DINÂMICA SAEB (PROVA BRASIL) - LIVRO DO ALUNO PARA O 8º ANO: MATEMÁTICA, 8º ANO, EDITORA DINÂMICA, AUTORES HERMAN REGIS E FERNANDO REGIS	UND.	160,00	425	68.000,00
43	464248	PROJETO DINÂMICA SAEB (PROVA BRASIL) - LIVRO DO ALUNO PARA O 9º ANO: LÍNGUA PORTUGUESA, 9º ANO, EDITORA DINÂMICA, AUTOR HERMAN REGIS	UND.	162,38	500	81.190,00
44	464248	PROJETO DINÂMICA SAEB (PROVA BRASIL) - LIVRO DO ALUNO PARA O 9º ANO: MATEMÁTICA, 9º ANO, EDITORA DINÂMICA, AUTORES HERMAN REGIS E FERNANDO REGIS	UND.	162,38	500	81.190,00
					VALOR TOTAL (R\$):	1.212.020,00

GRUPO 5 - TIPO III - PARTICIPAÇÃO ABERTA, VINCULADO AO GRUPO Nº 6						
ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UND.	VALOR UNIT. (R\$)	QTD.	VALOR TOTAL (R\$)



GRUPO 5 - TIPO III - PARTICIPAÇÃO ABERTA, VINCULADO AO GRUPO Nº 6						
ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UND.	VALOR UNIT. (R\$)	QTD.	VALOR TOTAL (R\$)
45	464248	ALFABETIZAÇÃO INICIAL (EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA I), 137 PÁGINAS NO LIVRO DO ALUNO. EDITORA DINÂMICA.	UND.	241,03	50	12.051,50
46	464248	1ª ETAPA – CIDADANIA E SABER (EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA I), 228 PÁGINAS NO LIVRO DO ALUNO. EDITORA DINÂMICA.	UND.	246,03	50	12.301,50
47	464248	2ª ETAPA – CIVISMO E MORAL (EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA II), 222 PÁGINAS NO LIVRO DO ALUNO. EDITORA DINÂMICA.	UND.	236,15	87	20.545,05
48	464248	3ª ETAPA – ÉTICA E SOCIEDADE (EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA III), 282 PÁGINAS NO LIVRO DO ALUNO. EDITORA DINÂMICA.	UND.	245,90	141	34.671,90
49	464248	4ª ETAPA – HONRA E PROGRESSO (EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA IV), 279 PÁGINAS NO LIVRO DO ALUNO. EDITORA DINÂMICA.	UND.	245,90	234	57.540,60
VALOR TOTAL (R\$):						137.110,55

GRUPO 6 - TIPO III - PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA, VINCULADO AO GRUPO Nº 5						
ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UND.	VALOR UNIT. (R\$)	QTD.	VALOR TOTAL (R\$)
50	464248	ALFABETIZAÇÃO INICIAL (EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA I), 137 PÁGINAS NO LIVRO DO ALUNO. EDITORA DINÂMICA.	UND.	241,03	16	3.856,48
51	464248	1ª ETAPA – CIDADANIA E SABER (EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA I), 228 PÁGINAS NO LIVRO DO ALUNO. EDITORA DINÂMICA.	UND.	246,03	16	3.936,48
52	464248	2ª ETAPA – CIVISMO E MORAL (EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA II), 222 PÁGINAS NO LIVRO DO ALUNO. EDITORA DINÂMICA.	UND.	236,15	28	6.612,20
53	464248	3ª ETAPA – ÉTICA E SOCIEDADE (EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA III), 282 PÁGINAS NO LIVRO DO ALUNO. EDITORA DINÂMICA.	UND.	245,90	46	11.311,40
54	464248	4ª ETAPA – HONRA E PROGRESSO (EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA IV), 279 PÁGINAS NO LIVRO DO ALUNO. EDITORA DINÂMICA.	UND.	245,90	78	19.180,20
VALOR TOTAL (R\$):						44.896,76

OBS.: HAVENDO DIVERGÊNCIAS ENTRE AS ESPECIFICAÇÕES DESTE TERMO E AS DO SISTEMA, PREVALECERÃO AS DESTE TERMO.

1.1. O objeto decorreu de estudo de solução, com fundamentação e análises constantes do Estudo Técnico Preliminar nº 003/2024/COPED/SME.

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 1602001/2023 – GP.



1.3. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar nº 003/2024/COPEP/SME, apêndice deste Termo de Referência.

1.4. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual (PCA) 2024 da Secretaria Municipal da Educação (SME), itens 2, 3, 4, 5 e 6.

2 FORMA DA CONTRATAÇÃO

2.1. Esta contratação se dará através de licitação por pregão eletrônico;

2.2. Será utilizado o sistema de registro de preços.

2.3. O critério de julgamento será: menor preço por lote.

2.3.1. A escolha do agrupamento em lotes justifica-se em virtude de os mesmos guardarem compatibilidade entre si, observando-se, inclusive, as regras de mercado para a contratação dos produtos, de modo a manter a competitividade necessária à disputa.

No objeto em tela, caso fosse adotado o critério de julgamento por item, geraria um número muito grande de vencedores para o atendimento de um mesmo objeto, o que dificultaria a coordenação das atividades, pois a Secretaria de Educação não conta com servidores suficientes para fiscalizar e acompanhar um elevado número de contratos. Desta feita optamos pelo critério de julgamento menor preço por Lote.

No que diz respeito ao princípio da economicidade em contratar a proposta mais vantajosa, individualizar a contratação do aludido objeto sobrecarrega a administração pública e encarece o contrato final, haja vista também que os licitantes possuem margem de negociação maior por estarem comercializando uma maior parcela (Lote) do objeto licitado. Desta forma, na divisão do objeto por lote, há um grande ganho para a Administração na economia de escala, tendo em vista que implicaria em aumento de quantitativos e conseqüentemente, numa redução de preços a serem pagos pela Administração.

Os Lotes 1, 3 e 5 serão reservados às microempresas, empresas de pequeno porte e as cooperativas que se enquadram nos termos disposto no inciso III do art. 48, da Lei Complementar nº 123/2006, e alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 147/2014.

Não havendo vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal, ou diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem preço do primeiro colocado.

Se a mesma licitante vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

Os Lotes 2, 4 e 6 serão de ampla disputa. Serão garantidas aos licitantes microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas que se enquadrem nos termos do art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, como critério de desempate, preferência de contratação nos termos previsto na Seção I, do Capítulo V, da Lei Complementar nº 123/2006 e alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 147/2014.



2.4. Não será aceita a participação de consórcio de empresas.

2.4.1. Acerca dos consórcios, este Município, através da Secretaria Municipal de Educação, informa que é obrigatória a participação dos mesmos em procedimento licitatório, conforme artigo 15 da Lei n.º 14.133/2021, contudo quando vedada sua participação, deverá ser devidamente justificada.

A vedação quanto à participação de consórcio de empresas no presente procedimento licitatório não limitará a competitividade.

A participação de consórcios é recomendável quando o objeto considerado for “de alta complexidade ou vulto”, o que não seria o caso do objeto sob exame.

Não há nada que justifique a participação de empresas em consórcios no objeto em apreço. Ele não se reveste de alta complexidade, ou seja, o edital não traz em seu termo de referência nenhuma característica própria que justificasse a admissão de empresas em consórcio.

A admissão de consórcio em objeto de baixa complexidade atenta contra o princípio da competitividade, pois permitiria, com o aval da Administração Pública, a união de concorrentes que poderiam muito bem disputar entre si, violando, por via transversa, o princípio da competitividade, atingindo ainda a vantajosidade buscada pela Administração.

A decisão da Secretaria Municipal de Educação pela vedação à participação de consórcio é resultado de um processo de avaliação da realidade do mercado em razão do objeto a ser licitado e ponderação entre os riscos inerentes à atuação de uma pluralidade de sujeitos associados para a execução do objeto visando ao atendimento ao interesse público.

Diante do exposto e considerando que existem diversas empresas com capacidade para fornecer o objeto deste Edital, a Secretaria Municipal de Educação decidiu por não permitir a participação de consórcio. Fato esse que, por si só, não configura restrição a competitividade, economicidade e moralidade.

2.5. Subcontratação

2.5.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

2.6. Garantia da contratação

2.6.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pela razão da natureza do objeto.

3. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3.1. A presente contratação será por Sistema de Registro de Preços, nos termos dos artigos 82 a 86 da Lei n.º 14.133/2021 e do Decreto Municipal n.º 1602001/2023-GP, de acordo com o procedimento disposto neste Termo de Referência.

3.2. O Sistema de Registro de Preços encontra-se amparado pela(s) hipótese(s) abaixo:

a) há necessidade de contratações permanentes ou frequentes em razão das características do objeto;



b) é conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas;

c) não é possível definir previamente o quantitativo a ser demandado em razão da natureza do objeto;

3.3. A publicação de Intenção de Registro de Preços – IRP é dispensada em virtude da demandante ser a única contratante em decorrência da natureza e pertinência do objeto em associação à natureza da pasta administrativa, conforme § 1º, do artigo nº 86, Lei Federal nº 14.133.

3.4. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará os órgãos e entidades participantes a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

4. REQUISITOS DO FORNECEDOR

4.1. Para fins de habilitação deverá o licitante comprovar os requisitos dos artigos 62 a 70 da Lei nº 14.133/21.

4.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

4.1.2. Em relação ao item 4.1, não será exigida a qualificação econômico-financeira.

4.2. Qualificação Técnica

4.2.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

4.2.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

4.2.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

4.2.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

4.3 APÓS A ANÁLISE DA HABILITAÇÃO A SRA. PREGOEIRA SOLICITARÁ DO MESMO A APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO DA EDITORA, GARANTINDO O FORNECIMENTO DOS PRODUTOS, EM UM PRAZO DE 02(DOIS) DIAS ÚTEIS.

5. FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS



- 5.1. O termo a ser formalizado será Ata de Registro de Preços, que consta com minuta em anexo ao edital futuro;
- 5.2. O prazo de vigência da ata será de 1 (hum) ano e pode ser prorrogado por igual período, desde que comprovada a vantagem de preço.
- 5.3. A ata de registro de preço deverá ter um órgão gerenciador;
- 5.4. Da origem da ata serão gerados contratos, conforme solicitação e demanda da pasta ordenadora, estes seguindo sua legislação específica;
- 5.5. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas na ARP, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição ou serviços pretendidos, desde que devidamente motivada.
- 5.6. O prazo de duração dos contratos decorrentes da ARP, não se confunde com o prazo de vigência da própria ata, estando aquele primeiro submetido ao disposto no Capítulo V do Título III da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 5.7. O término do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços não implica extinção das obrigações dela decorrentes, ainda em execução.
- 5.8. O cadastro de reserva poderá ser previsto no edital e ser realizado com os licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos da licitante vencedora na sequência da classificação do certame.
- 5.9. Nas hipóteses em que se proceder ao cancelamento do registro de preços, tiver sido formado cadastro de reserva e houver interesse no seu acionamento, caberá ao Setor de Licitações, em conjunto com o gerenciador da ARP, realizar os procedimentos operacionais destinados ao chamamento do cadastro de reserva.

6. FORMALIZAÇÃO E PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

- 6.1. Caso exista necessidade de contratação dos itens registrados em ata, será formatado contrato, de acordo com a demanda e solicitação das ordenadoras, que consta com minuta em anexo ao edital futuro;
- 6.1.1. O termo de contrato oriundo da ARP, deverá ser assinado dentro do prazo de validade da Ata, entrando em vigor no primeiro dia útil subsequente a data de sua publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e sua vigência observará as condições mencionadas no artigo 105 da Lei nº 14.133/21.
- 6.2. O prazo de vigência da contratação é de doze meses, contados da sua assinatura, podendo ser prorrogado, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 6.3. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.
- 6.4. Para a contratação, deverá ser apresentada dotação orçamentária conforme o demandado.

7 MODELO DE GESTÃO DA ATA E FUTURO CONTRATO



- 7.1. A ata de registro de preço e o futuro contrato deverão ser executados fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 7.2. Em fase específica de contrato, em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 7.3. Ao assinar a ata e/ou contrato, o fornecedor deve definir preposto para contatos e providências, bem como seus contatos telefônicos e via email.
- 7.4. As comunicações entre o órgão ou entidade e fornecedor devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 7.5. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 7.6. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
- 7.7. A execução da ata de registro de preços e/ou do contrato, deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal TERESA ADRIANA CARDOSO BRAGA, Matrícula nº 29040, e atender a todos os regramentos referentes a sua temática, conforme a Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput e Anexo VI do Decreto Municipal 1602001/2023-GP e Portaria de designação nº 021/2024/SME.

8. REGIME DE EXECUÇÃO

- 8.1. Em fase de contrato assinado, o prazo de entrega dos bens é de 20 (vinte) dias corridos, a contar da data do recebimento da Ordem de Compra, em remessa única.
- 8.2. As solicitações de entrega ocorrerão através de emissão de Ordem de Compra, encaminhada à empresa via canais oficiais e/ou preposto;
- 8.2.1. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 2 (dois) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- 8.3. A comunicação deve atender ao item 7 deste Termo de Referência.
- 8.4. Os produtos deverão ser entregues na R. Teodorico Teles Neto, s/n, Bairro Mirandão, em Crato/CE.
- 8.5. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável



pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.5.1. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5(cinco) dias corridos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.6. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e conseqüente aceitação mediante termo detalhado.

8.7. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.8. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.9. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.10. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

9. PREVISÃO DE PENALIDADES

9.1. As penalidades e sanções referentes ao certame serão dispostas em edital, conforme disposição do Setor de Licitações e Contratos, e atenderão aos moldes da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.2. As penalidades e sanções que deverão constar em minuta contratual e minuta da ata devem atender ao disposto abaixo.

9.3. O contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

9.3.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

9.3.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

9.3.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

9.3.4. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;



- 9.3.5. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 9.3.6. Prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- 9.3.7. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 9.3.8. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 9.3.9. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 9.4. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:
- 9.4.1. advertência;
- 9.4.2. multa;
- 9.4.3. Impedimento de licitar e contratar;
- 9.4.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 9.5. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 9.5.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 9.5.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 9.5.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 9.5.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 9.5.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 9.6. A sanção prevista no item 9.4.1 será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no item 9.3.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
- 9.7. A sanção prevista no item 9.4.3 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.3.2, 9.3.3, 9.3.4 e 9.3.5, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município do Crato/CE, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, a ser definido em processo de penalização.
- 9.8. A sanção prevista no item 9.4.4 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.3.6, 9.3.7, 9.3.8 e 9.3.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.3.2, 9.3.3, 9.3.4 e 9.3.5 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no 9.7, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, a ser definido em processo de penalização.

- 9.9. A sanção estabelecida no item 9.4.4 será precedida de análise jurídica e é de competência exclusiva do Secretário Municipal;
- 9.10. As sanções previstas nos itens 9.4.1, 9.4.3 e 9.4.4 poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no item 9.4.2.
- 9.11. A aplicação de multa se dará:
- 9.11.1. Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor do contrato, até o limite de 10 (dez) dias;
- 9.11.2. Compensatória, para as infrações descritas nos itens 9.3.6 e 9.3.9, de 0,5% a 5% do valor do Contrato.
- 9.11.3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista no item 9.3.3, de 5% a 10% do valor do Contrato.
- 9.11.4. Para infração descrita no item 9.3.2, a multa será de 10% a 15% do valor do Contrato.
- 9.11.5. Para infrações descritas no item 9.3.5, a multa será de 1% a 5% do valor do Contrato.
- 9.11.6. Para a infração descrita no item 9.3.1, a multa será de 1% a 10% do valor do Contrato.
- 9.12. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 9.13. Na aplicação da sanção prevista no item 9.4.2, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 9.14. A aplicação das sanções previstas nos itens 9.4.3 e 9.4.4 requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta conforme Lei Federal nº 14.133/2021, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 9.15. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nas disposições legais.
- 9.16. O procedimento de responsabilização será regido por Instrução Normativa a ser firmada pela administração pública.

10. FORMA DE PAGAMENTO

- 10.1. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como: o prazo de validade; a data da emissão; os dados do contrato e do órgão contratante; o período respectivo de execução do contrato; o valor a pagar; e eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.



10.2. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

10.3 Estando toda documentação correta, o servidor encaminhará, através de fluxo regido pela Secretaria de Finanças e Planejamento, para realização de trâmites e pagamento.

10.4. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, de preferência no banco BRADESCO.

10.5. O pagamento será efetuado no prazo de 30 dias da prestação do serviço ou da entrega completa do bem, respeitadas as disposições do artigo 59 do Decreto Municipal nº 1602001/2023 – GP.

10.6. Deverá ser respeitada a ordem cronológica exigida no artigo nº 141, Lei nº 14.133/2021.

11. POSSIBILIDADE DE ALTERAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

11.1. A ata poderá ter seus preços reajustados na forma dos artigos 41 e 42 do Decreto Municipal nº 1602001/2023-GP.

12. DA ALTERAÇÃO DE VALOR CONTRATUAL

12.1. Em sede de contrato, os valores contratados poderão ser alterados para atender ao aumento ou diminuição do item contratado, ou para reestabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, bem como do reajuste, conforme o Capítulo VII da Lei nº 14.133/21 e Anexo VII do Decreto Municipal nº 1602001/2023-GP.

13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. Tendo em vista a ata apenas registrar preços, não haverá declaração de dotação ou disponibilidade, sendo estas exigidas apenas em sede de contratação.

14. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

14.1. O custo estimado total do registro de preços é de R\$ 6.928.891,97 (seis milhões, novecentos e vinte e oito mil, oitocentos e noventa e um reais e noventa e sete centavos), conforme Pesquisa de Preços anexas a este termo.

15. DA ADESÃO A ATA

15.1. Os órgãos e entidades poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

15.1.1. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

15.1.2. Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma da legislação federal e municipal;

7. Todas as consultas e aceitações do órgão ou entidade gerenciadora e do fornecedor.

SECRETARIA
DE EDUCAÇÃO



PREFEITURA DO
CRATO





15.2. As aquisições ou as contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

15.3. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

15.4. O procedimento de adesão atenderá ao disposto na Seção III, Capítulo VI do Decreto Municipal nº 1602001/2023-GP.

Crato, 02 de outubro de 2024.


FRANCISCA TATIANE DINO NORONHA
Matrícula nº 24750
Assessor I


GERMANA MARIA BRITO RODRIGUES ALENCAR
Matrícula nº 49391
Secretária Municipal de Educação





213

APÊNDICE DO TERMO DE REFERÊNCIA (ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR)



1.1 Da competência do Município para a escolha dos materiais didáticos

A escolha dos livros didáticos é prerrogativa do Município de Crato/CE, que deve agir de acordo com sua realidade local, projeto político-pedagógico e corpo técnico de profissionais da educação.

Assim decidiu o Tribunal de Contas de Santa Catarina, quando instado a se manifestar sobre licitação destinada à aquisição de livros, no Município de Criciúma/SC:

O representante alega que houve direcionamento do processo licitatório para livros, coleções e autores específicos, implicando na impossibilidade de concorrência.

Assinala que "o processo foi direcionado de forma tão absurda que em seu termo de referência, consta nada menos que o nome do autor, nome da coleção, título do livro e em alguns casos até mesmo o ISBN".

Não se vislumbra, no caso em exame, indícios de irregularidade no certame, pois cabe à Administração, no exercício de sua competência discricionária e na busca da aquisição de produtos de qualidade, indicar as especificações desejadas, limitadas às qualidades mínimas necessárias para identificar o produto ou serviço, de forma a facilitar sua busca no mercado e garantir a competitividade do certame.

No caso, é o que ocorre em relação às coleções de livros requisitadas no Pregão nº 139/PMC/2016, uma vez que **cabe à Municipalidade a escolha das obras que melhor atenderão os currículos dos alunos da rede pública de ensino de Criciúma.**

[...]

Assim, tendo em vista que não foram preenchidos todos os requisitos previstos na referida norma, **conclui-se pela impossibilidade de conhecimento da presente representação por esta Corte de Contas.**

PROCESSO Nº: REP-16/00319740, RESPONSÁVEL: Márcio Búrigo, RELATÓRIO DE INSTRUÇÃO PRELIMINAR: DLC - 343/2016 - Instrução Singular.

A autonomia e discricionariedade asseguradas pela BNCC e pelo Ministério da Educação permitem que os municípios definam os materiais didáticos mais adequados às suas necessidades e características educacionais. A BNCC estabelece as competências e habilidades que os alunos devem desenvolver ao longo da educação básica, enquanto a escolha dos livros didáticos é um processo complementar, realizado pelas instituições de ensino e suas equipes pedagógicas, em consonância com a realidade dos estudantes e com os objetivos locais de aprendizagem.

A escolha do objeto licitado é uma prerrogativa da Administração Pública, que deve agir em consonância com os princípios que norteiam sua atuação, buscando sempre o interesse público. Nesse sentido, a definição do objeto a ser licitado encontra-se no âmbito da discricionariedade administrativa, devendo ser pautada na busca pelo atendimento dos interesses do Município de Crato/CE, especialmente no que se refere ao atendimento dos currículos dos alunos da rede pública de ensino. A Secretaria de Educação de Crato/CE, por meio da Coordenadoria Pedagógica, detém a competência técnica necessária para selecionar o material didático mais adequado ao contexto educacional do município.

1.2 Da complementaridade ao Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD)

O Ministério da Educação, por meio do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), promove a aquisição e seleção de livros didáticos a serem utilizados em



escolas públicas de todo o país, com base em diretrizes curriculares e na BNCC. No entanto, as obras didáticas objeto do ETP em questão não fazem parte do escopo do PNLD. Assim sendo, trata-se de um material complementar.

A BNCC deixa claro que a seleção dos materiais didáticos deve ser estabelecida de forma democrática e autônoma, permitindo que as escolas e os professores tenham a liberdade de escolher os recursos que melhor se adequam ao seu projeto pedagógico e à realidade sociocultural dos alunos. Portanto, a competência para escolher os livros didáticos complementares a serem adotados é da equipe técnica das escolas e dos professores.

A escolha dos livros didáticos a serem adotados pelos municípios é de responsabilidade da própria municipalidade, em consonância com sua realidade local, projeto político-pedagógico e corpo técnico de profissionais da educação. Os professores e equipe técnica das escolas possuem a competência técnica necessária para selecionar o material pedagógico complementar mais adequado ao contexto e necessidades do Município de Crato/CE.

Cumpra esclarecer que o artigo 9º da Lei nº 9.394/1996 enfatiza a autonomia das escolas e professores no processo de escolha dos materiais didáticos, desde que respeitadas as diretrizes curriculares nacionais. Portanto, a decisão de escolher os livros didáticos que melhor atendam ao currículo do Município de Crato/CE está em conformidade com a legislação vigente e respaldada pela autonomia pedagógica das instituições de ensino.

1.3 Da contribuição da escolha criteriosa de livros didáticos para o avanço do IDEB e SPAECE

A adoção de um processo criterioso de seleção dos livros didáticos pode contribuir significativamente para a melhoria da qualidade da educação no Município de Crato/CE. Os resultados alcançados em avaliações educacionais, como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e o Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (SPAECE), são reflexos diretos das políticas e práticas pedagógicas adotadas pelas instituições de ensino. Nesse sentido, a escolha adequada dos materiais didáticos é um fator crucial para o aprimoramento do processo de ensino-aprendizagem.

Ao adotar um critério rigoroso de análise e seleção dos livros didáticos, a Secretaria de Educação do Município de Crato/CE busca garantir que os materiais utilizados em sala de aula estejam em consonância com as diretrizes curriculares, a BNCC e o projeto político-pedagógico da rede pública. Tal abordagem permite que os livros selecionados atendam às necessidades específicas dos alunos e dos professores, promovendo uma educação de maior qualidade e aderente à realidade local.

A experiência tem demonstrado que o investimento em materiais didáticos de qualidade está diretamente associado ao desenvolvimento de habilidades e competências dos estudantes, refletindo positivamente nos índices educacionais. Com a utilização de livros didáticos que se alinham aos objetivos educacionais estabelecidos, os professores têm à disposição ferramentas valiosas para enriquecer as práticas pedagógicas, estimulando a participação ativa dos estudantes e o desenvolvimento de suas capacidades.



A melhoria na qualidade da educação, refletida em indicadores como o IDEB e o SPAECE, é um objetivo primordial da gestão educacional no Município de Crato/CE. Ao selecionar com critério os livros didáticos, a Administração Pública está demonstrando seu comprometimento com a excelência na educação e com a formação integral dos alunos, preparando-os para os desafios futuros e para o pleno exercício da cidadania.

Assim, é inegável que a seleção criteriosa de livros didáticos pode contribuir efetivamente para a evolução positiva dos indicadores educacionais no Município, consolidando a visão de um sistema educacional cada vez mais inclusivo, qualificado e comprometido com o desenvolvimento integral dos educandos.

1.4 Dos materiais didáticos destinados aos alunos do Infantil II, III, IV e V

O material didático voltado para a educação infantil desempenha um papel essencial na formação inicial das crianças, oferecendo as primeiras experiências de aprendizado formal. A ausência de recursos pedagógicos adequados compromete a efetividade do processo educacional, dificultando o desenvolvimento cognitivo, social e emocional dos alunos.

Um dos principais motivos que geram a necessidade da contratação de material didático para a educação infantil é a exigência de que a linguagem textual utilizada seja acessível e adequada à idade das crianças. Os conteúdos propostos devem ser apresentados de forma clara e organizada, respeitando a sequência de dificuldades que corresponda ao nível de desenvolvimento da criança. Essa abordagem permite que os temas sejam assimilados de maneira gradual, o que facilita a compreensão dos conceitos. Além disso, os materiais precisam ser adaptáveis ao contexto socioeconômico e cultural dos alunos, garantindo que as atividades possam ser contextualizadas e relacionadas à realidade vivida por cada criança.

Outro aspecto fundamental é o estímulo ao hábito da leitura, que, mesmo antes da alfabetização, pode ser trabalhado através de diversas formas de expressão, como a contação de histórias, poemas, músicas e teatro. O material didático deve, portanto, permitir que o professor explore diferentes suportes textuais, desenvolvendo nas crianças a capacidade de interpretar e significar os conteúdos apresentados. Esta abordagem não só contribui para o desenvolvimento da leitura, mas também para a formação de um pensamento crítico desde a infância.

Adicionalmente, o material didático deve fomentar o raciocínio lógico e a análise crítica, habilidades que são fundamentais para o desenvolvimento intelectual das crianças. A articulação entre o material e outros suportes pedagógicos, como jogos, animações e desenhos, é igualmente importante, pois enriquece o processo de ensino-aprendizagem, tornando-o mais dinâmico e interativo. Assim, as crianças podem estabelecer conexões entre diferentes áreas do conhecimento, ampliando sua compreensão do mundo ao seu redor.

Por fim, o material destinado à educação infantil deve incluir materiais complementares que aumentem as possibilidades de adaptação ao plano de ensino elaborado pela rede municipal de educação. Esses recursos adicionais são cruciais para que os professores possam atendê-los conforme as necessidades específicas de suas turmas, garantindo

1.5 Dos materiais estruturados para o SAEB (Prova Brasil) destinados aos alunos do Ensino Fundamental (1º ao 9º ano)

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB) é um instrumento para medir a qualidade do ensino ofertado nas escolas públicas e privadas do país, por meio de avaliações que contemplam as áreas de língua portuguesa e matemática. A relevância do Saeb reside na sua capacidade de fornecer diagnósticos precisos sobre o desempenho dos alunos, permitindo que gestores e educadores tomem decisões embasadas para a melhoria contínua da educação. Nesse contexto, a preparação adequada dos alunos para essa avaliação se torna imprescindível, justificando a necessidade de aquisição de material didático específico para o ensino fundamental no Município de Crato/CE.

O material didático a ser adquirido deve ser direcionado ao estudo de língua portuguesa e matemática, áreas centrais avaliadas pelo SAEB. Através deste material, os alunos terão a oportunidade de se familiarizar com os conteúdos e formatos de questões abordadas na avaliação, o que lhes permitirá alcançar um desempenho mais satisfatório. O domínio das funções sociais da escrita, a compreensão dos códigos e convenções do sistema alfabético, assim como o desenvolvimento de competências básicas de leitura e produção textual, são aspectos essenciais que o material deverá contemplar. Dessa forma, os estudantes poderão não apenas melhorar seus resultados no Saeb, mas também fortalecer suas habilidades para a vida escolar e social.

Outro ponto crucial é que o material didático deverá oferecer suporte pedagógico ao professor na elaboração do planejamento de aula, fornecendo orientações claras e práticas para sua rotina em sala de aula e atividades extraclasse. Isso inclui reflexões teórico-metodológicas que auxiliem na condução de atividades permanentes voltadas para o desenvolvimento do gosto pela leitura, bem como para a apropriação e sistematização de conhecimentos em língua portuguesa e matemática. Esse suporte é fundamental para que o docente possa adaptar o ensino à realidade de seus alunos, promovendo um aprendizado significativo e eficaz.

Adicionalmente, o material deve estar fundamentado na realidade dos alunos, considerando suas dimensões intelectual, física, afetiva, social, ética, moral e simbólica. A conexão entre o conteúdo didático e a vivência cotidiana dos estudantes é vital para o engajamento e a assimilação dos conhecimentos. O material deverá também refletir as práticas teórico-práticas do professor, permitindo que as estratégias pedagógicas sejam ajustadas conforme as necessidades da turma, sempre com foco na formação integral do aluno.

1.6 Dos materiais didáticos destinados aos alunos da EJA

O fortalecimento da Educação de Jovens e Adultos (EJA) constitui um dos maiores desafios do sistema educacional brasileiro, especialmente em municípios onde a evasão escolar e a defasagem idade-série são preocupações recorrentes. A EJA é uma modalidade de ensino que visa oferecer a oportunidade de escolarização para aqueles que, por diferentes razões, não puderam concluir a educação básica na idade apropriada. Nesse contexto, a oferta de material atualizado é essencial para garantir que esses alunos tenham acesso a



uma educação de qualidade, capaz de atender às suas necessidades específicas e facilitar a aprendizagem.

A necessidade de contratação de material didático específico para a EJA surge da necessidade de atender a um público diverso, com trajetórias de vida e níveis de escolarização variáveis. Para que o ensino seja eficaz, é indispensável que o material didático ofereça sequências didáticas planejadas e coerentes, que possam ser adaptadas à rotina diária dos alunos. Esse material deve ser dinâmico, lúdico e prazeroso, proporcionando atividades significativas que despertem o interesse e a motivação para a aprendizagem. A adaptação das atividades à realidade dos alunos é um fator crucial para o sucesso educacional, pois facilita a compreensão dos conteúdos e promove uma aprendizagem mais eficaz.

Além disso, o material didático para a EJA deve ser acessível e funcional, considerando o perfil dos estudantes que, muitas vezes, conciliam os estudos com o trabalho e outras responsabilidades. As atividades propostas devem ser práticas e aplicáveis ao cotidiano, tornando o processo educativo mais relevante e útil para a vida dos alunos. A inserção de práticas pedagógicas que considerem a vivência dos estudantes, seus conhecimentos prévios e a realidade socioeconômica em que estão inseridos é fundamental para garantir que o processo de ensino-aprendizagem seja significativo e transformador.

O investimento em material didático de qualidade para a EJA não só atende às exigências legais de acesso à educação para todos, como também reflete o compromisso do município com a inclusão social e a equidade educacional. A oferta de materiais que contemplem as especificidades dessa modalidade de ensino é uma medida para reduzir as desigualdades educacionais e promover a cidadania entre os jovens e adultos que retornam à escola em busca de novas oportunidades.

2 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Considerando o objeto a ser licitado e suas características, bem como as justificativas apresentadas, é imperativo definir os requisitos mínimos da contratação que atendam à plena execução do objeto.

2.1 Dos materiais didáticos destinados aos alunos do Infantil II, III, IV e V

A empresa contratada deverá oferecer, após a entrega dos materiais didáticos, sem custos adicionais para a contratante:

2.1.1 Suporte didático-pedagógico para implantação da metodologia proposta na coleção e o acompanhamento na análise dos resultados esperados, sem custos adicionais para o contratante.

2.1.2 Quatro formações continuadas, presenciais, sendo cada uma de 8 horas, observando para cada série presente na contratação, totalizando 32 horas, para os professores da Educação Infantil no Município de Crato/CE, de acordo com as orientações e o calendário especificado pela Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação.



2.1.3 Trezentos kits para professores, divididos conforme a série, contendo: uma bolsa, uma agenda, um livro do professor (de acordo com a série), um CD de músicas infantis (canções da cultura popular do nosso país, cantigas folclóricas com arranjos brasileiros), um painel alfabético de A a Z, um painel numérico de 1 a 99, um calendário, cartazes contendo ampliações de textos do livro e cinco livros paradidáticos.

2.2 Dos materiais estruturados para o SAEB (Prova Brasil) destinados aos alunos do Ensino Fundamental (1º ao 9º ano)

A empresa contratada deverá oferecer, após a entrega dos materiais didáticos, sem custos adicionais para a contratante:

2.2.1 Quatro simulados impressos de língua portuguesa e matemática por série adquirida, suporte didático-pedagógico para implantação da metodologia proposta na coleção e a digitação e análise dos resultados esperados.

2.2.2 Quatro formações continuadas, presenciais, sendo cada uma de 8 horas, observando para cada série presente na contratação, totalizando 32 horas, para os professores da Educação Infantil no Município de Crato/CE, de acordo com as orientações e o calendário especificado pela Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação.

2.3 Dos materiais didáticos destinados aos alunos da EJA

A empresa contratada deverá oferecer, após a entrega dos materiais didáticos, sem custos adicionais para a contratante:

2.4.1 Vinte manuais do professor para cada etapa (EJA I, II, III e IV), com suporte didático-pedagógico aos professores e coordenadores.

2.4.2 Quatro formações continuadas, sendo 16 horas presenciais e 16 horas online, observando para cada série presente na contratação, totalizando 32 horas, para os professores da EJA no Município de Crato/CE, de acordo com as orientações e o calendário especificado pela Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação.

3 LEVANTAMENTO DE MERCADO

No levantamento de mercado realizado, foram consideradas duas modalidades de contratação: o pregão eletrônico sem registro de preços e o pregão eletrônico com registro de preços.

O pregão eletrônico com registro de preços oferece uma solução mais flexível e adaptável às necessidades da Secretaria. Nesta modalidade, os preços dos itens são registrados e permanecem válidos por um período específico, permitindo que aquisições sejam realizadas conforme a demanda, sem a necessidade de novas licitações. Essa abordagem se mostra especialmente vantajosa para a manutenção da frota, pois possibilita que a Secretaria adquira os itens de acordo com a necessidade real, atendendo prontamente eventuais urgências ou incrementos na demanda, sem os entraves de um processo licitatório completo a cada nova necessidade.



4 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Seleção de melhor proposta para registro de preços visando futuras e eventuais contratações para aquisição de materiais didáticos para atender as necessidades da Secretaria de Educação do Município de Crato/CE.

5 ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

Para a elaboração da estimativa das quantidades de livros didáticos a serem adquiridos, foi adotada uma metodologia que considera o número de matrículas atuais dos alunos e prevê uma margem de segurança para atender a possíveis variações na demanda. Essa abordagem visa garantir que todos os alunos da rede pública municipal de ensino sejam contemplados com o material necessário para o acompanhamento das atividades pedagógicas, sem que haja faltas durante o ano letivo.

Especificamente, para o cálculo da quantidade de livros destinados aos alunos do 2º ano, foi utilizado como base o número de matrículas realizadas no 1º ano do ensino fundamental no presente ano. A este total, foi acrescido um percentual de 10%, a título de reserva técnica, para assegurar que eventuais aumentos no número de alunos matriculados no 2º ano, decorrentes de novas matrículas ou de transferências de outras instituições, possam ser atendidos sem comprometer a distribuição dos materiais.

Essa metodologia foi aplicada de maneira uniforme para todas as séries e modalidades de ensino, sempre considerando os dados de matrículas disponíveis e a projeção de possíveis incrementos na quantidade de alunos, conforme as especificidades de cada etapa de ensino.

5.1 Dos materiais didáticos destinados aos alunos do Infantil II, III, IV e V

MATERIAIS DIDÁTICOS DESTINADOS AOS ALUNOS DO INFANTIL II, III, IV E V					
ITEM	CÓD FLUXUS	CATMAT	DESCRIÇÃO	UND.	QTD.
1	87819	464240	KIT DIDÁTICO PARA EDUCAÇÃO INFANTIL - INFANTIL II, MATERIAL DO ALUNO COMPOSTO DE NO MÍNIMO: 01 (UM) LIVRO "PRIMEIROS PASSOS", CORRESPONDENTE AO INFANTIL II, AUTOR: MARCOS AURÉLIO - EDIÇÃO RENOVADA, CAPA EM SUPREMO 250G COM LAMINAÇÃO BRILHO; 01 (UMA) AGENDA (CAPA EM PAPEL SUPREMO 250G COM PLASTIFICAÇÃO BRILHO E MIOLO EM PAPEL OFFSET 75 G CONTENDO 185 FOLHAS, ESPIRALADA, ADESIVOS, COM GRAVURAS E IMAGENS) E LIVRO DO ALUNO.	KIT	1141
2	87820	464240	KIT DIDÁTICO PARA EDUCAÇÃO INFANTIL - (INFANTIL III), MATERIAL DO ALUNO COMPOSTO DE NO MÍNIMO: 01 (UM) LIVRO "PRIMEIROS PASSOS VOL 1", CORRESPONDENTE AO INFANTIL III, AUTOR: MARCOS AURÉLIO - EDIÇÃO RENOVADA, CAPA EM SUPREMO 250G COM LAMINAÇÃO BRILHO; 01 (UMA) AGENDA (CAPA EM PAPEL SUPREMO 250G COM PLASTIFICAÇÃO BRILHO E MIOLO EM PAPEL OFFSET 75 G CONTENDO 185 FOLHAS, ESPIRALADA, ADESIVOS, COM GRAVURAS E IMAGENS) E LIVRO DO ALUNO.	KIT	1141

SECRETARIA
DE EDUCAÇÃO



PREFEITURA DO
CRATO



MATERIAIS DIDÁTICOS DESTINADOS AOS ALUNOS DO INFANTIL II, III, IV E V					
ITEM	CÓD FLUXUS	CATMAT	DESCRIÇÃO	UND.	QTD.
3	87821	464241	KIT DIDÁTICO PARA EDUCAÇÃO INFANTIL - (INFANTIL IV), MATERIAL DO ALUNO COMPOSTO DE NO MÍNIMO: 01 (UM) LIVRO "PRIMEIROS PASSOS VOL 2", CORRESPONDENTE AO INFANTIL IV, AUTOR: MARCOS AURÉLIO - EDIÇÃO RENOVADA, CAPA EM SUPREMO 250G COM LAMINAÇÃO BRILHO; 01 (UMA) AGENDA (CAPA EM PAPEL SUPREMO 250G COM PLASTIFICAÇÃO BRILHO E MIOLO EM PAPEL OFFSET 75 G CONTENDO 185 FOLHAS, ESPIRALADA, ADESIVOS, COM GRAVURAS E IMAGENS) E LIVRO DO ALUNO.	KIT	1420
4	87822	464241	KIT DIDÁTICO PARA EDUCAÇÃO INFANTIL - (INFANTIL V), MATERIAL DO ALUNO COMPOSTO DE NO MÍNIMO: 01 (UM) LIVRO "PRIMEIROS PASSOS VOL 3", CORRESPONDENTE AO INFANTIL V, AUTOR: MARCOS AURÉLIO - EDIÇÃO RENOVADA, CAPA EM SUPREMO 250G COM LAMINAÇÃO BRILHO; 01 (UMA) AGENDA (CAPA EM PAPEL SUPREMO 250G COM PLASTIFICAÇÃO BRILHO E MIOLO EM PAPEL OFFSET 75 G CONTENDO 185 FOLHAS, ESPIRALADA, ADESIVOS, COM GRAVURAS E IMAGENS) E LIVRO DO ALUNO.	KIT	1380

5.2 Dos materiais estruturados para o SAEB (Prova Brasil) destinados aos alunos do Ensino Fundamental (1º ao 9º ano)

MATERIAIS ESTRUTURADOS PARA O SAEB (PROVA BRASIL) DESTINADOS AOS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL (1º AO 9º ANO)					
ITEM	CÓD FLUXUS	CATMAT	DESCRIÇÃO	UND.	QTD.
1	96265	464248	PROJETO DINÂMICA SAEB (PROVA BRASIL) - LIVRO DO ALUNO PARA O 1º ANO: LÍNGUA PORTUGUESA, 1º ANO, EDITORA DINÂMICA, AUTOR HERMAN REGIS	UND.	1650
2	96266	464248	PROJETO DINÂMICA SAEB (PROVA BRASIL) - LIVRO DO ALUNO PARA O 1º ANO: MATEMÁTICA, 1º ANO, EDITORA DINÂMICA, AUTORES HERMAN REGIS E FERNANDO REGIS	UND.	1650
3	96267	464248	PROJETO DINÂMICA SAEB (PROVA BRASIL) - LIVRO DO ALUNO PARA O 2º ANO: LÍNGUA PORTUGUESA, 2º ANO, EDITORA DINÂMICA, AUTOR HERMAN REGIS	UND.	1430
4	96268	464248	PROJETO DINÂMICA SAEB (PROVA BRASIL) - LIVRO DO ALUNO PARA O 2º ANO: MATEMÁTICA, 2º ANO, EDITORA DINÂMICA, AUTORES HERMAN REGIS E FERNANDO REGIS	UND.	1430
5	96269	464248	PROJETO DINÂMICA SAEB (PROVA BRASIL) - LIVRO DO ALUNO PARA O 3º ANO: LÍNGUA PORTUGUESA, 3º ANO, EDITORA DINÂMICA, AUTOR HERMAN REGIS	UND.	1730
6	96270	464248	PROJETO DINÂMICA SAEB (PROVA BRASIL) - LIVRO DO ALUNO PARA O 3º ANO: MATEMÁTICA, 3º ANO, EDITORA DINÂMICA, AUTORES HERMAN REGIS E FERNANDO REGIS	UND.	1730
7	96271	464248	PROJETO DINÂMICA SAEB (PROVA BRASIL) - LIVRO DO ALUNO PARA O 4º ANO: LÍNGUA PORTUGUESA, 4º ANO, EDITORA DINÂMICA, AUTOR HERMAN REGIS	UND.	1560
8	96272	464248	PROJETO DINÂMICA SAEB (PROVA BRASIL) - LIVRO DO ALUNO PARA O 4º ANO: MATEMÁTICA, 4º ANO, EDITORA DINÂMICA, AUTORES HERMAN REGIS E FERNANDO REGIS	UND.	1560
		464248	PROJETO DINÂMICA SAEB (PROVA BRASIL) - LIVRO DO ALUNO PARA O 5º ANO: LÍNGUA PORTUGUESA, 5º ANO, EDITORA DINÂMICA, AUTOR	UND.	1670



MATERIAIS ESTRUTURADOS PARA O SAEB (PROVA BRASIL) DESTINADOS AOS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL (1º AO 9º ANO)

ITEM	CÓD FLUXUS	CATMAT	DESCRIÇÃO	UND.	QTD.
10	96274	464248	PROJETO DINÂMICA SAEB (PROVA BRASIL) - LIVRO DO ALUNO PARA O 5º ANO: MATEMÁTICA, 5º ANO, EDITORA DINÂMICA, AUTORES HERMAN REGIS E FERNANDO REGIS	UND.	1670
11	96275	19783	PROJETO DINÂMICA SAEB (PROVA BRASIL) - LIVRO DO ALUNO PARA O 6º ANO: LÍNGUA PORTUGUESA, 6º ANO, EDITORA DINÂMICA, AUTOR HERMAN REGIS	UND.	1935
12	96276	19783	PROJETO DINÂMICA SAEB (PROVA BRASIL) - LIVRO DO ALUNO PARA O 6º ANO: MATEMÁTICA, 6º ANO, EDITORA DINÂMICA, AUTORES HERMAN REGIS E FERNANDO REGIS	UND.	1935
13	96277	19783	PROJETO DINÂMICA SAEB (PROVA BRASIL) - LIVRO DO ALUNO PARA O 7º ANO: LÍNGUA PORTUGUESA, 7º ANO, EDITORA DINÂMICA, AUTOR HERMAN REGIS	UND.	1510
14	96278	19783	PROJETO DINÂMICA SAEB (PROVA BRASIL) - LIVRO DO ALUNO PARA O 7º ANO: MATEMÁTICA, 7º ANO, EDITORA DINÂMICA, AUTORES HERMAN REGIS E FERNANDO REGIS	UND.	1510
15	96279	19783	PROJETO DINÂMICA SAEB (PROVA BRASIL) - LIVRO DO ALUNO PARA O 8º ANO: LÍNGUA PORTUGUESA, 8º ANO, EDITORA DINÂMICA, AUTOR HERMAN REGIS	UND.	1700
16	96280	19783	PROJETO DINÂMICA SAEB (PROVA BRASIL) - LIVRO DO ALUNO PARA O 8º ANO: MATEMÁTICA, 8º ANO, EDITORA DINÂMICA, AUTORES HERMAN REGIS E FERNANDO REGIS	UND.	1700
17	96281	19783	PROJETO DINÂMICA SAEB (PROVA BRASIL) - LIVRO DO ALUNO PARA O 9º ANO: LÍNGUA PORTUGUESA, 9º ANO, EDITORA DINÂMICA, AUTOR HERMAN REGIS	UND.	2000
18	96282	19783	PROJETO DINÂMICA SAEB (PROVA BRASIL) - LIVRO DO ALUNO PARA O 9º ANO: MATEMÁTICA, 9º ANO, EDITORA DINÂMICA, AUTORES HERMAN REGIS E FERNANDO REGIS	UND.	2000

5.3 Dos materiais didáticos destinados aos alunos da EJA

MATERIAIS DIDÁTICOS DESTINADOS AOS ALUNOS DA EJA					
ITEM	CÓD FLUXUS	CATMAT	DESCRIÇÃO	UND.	QTD.
1	91282	19783	ALFABETIZAÇÃO INICIAL (EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA I), 137 PÁGINAS NO LIVRO DO ALUNO. EDITORA DINÂMICA.	UND.	66
2	91283	19783	1ª ETAPA – CIDADANIA E SABER (EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA I), 228 PÁGINAS NO LIVRO DO ALUNO. EDITORA DINÂMICA.	UND.	66
3	91284	19783	2ª ETAPA – CIVISMO E MORAL (EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA II), 222 PÁGINAS NO LIVRO DO ALUNO. EDITORA DINÂMICA.	UND.	115
4	91285	19783	3ª ETAPA – ÉTICA E SOCIEDADE (EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA III), 282 PÁGINAS NO LIVRO DO ALUNO. EDITORA DINÂMICA.	UND.	187
5	91286	19783	4ª ETAPA – HONRA E PROGRESSO (EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA IV), 279 PÁGINAS NO LIVRO DO ALUNO. EDITORA DINÂMICA.	UND.	312

6 ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Para a elaboração da estimativa do valor da contratação, foram realizadas as consultas de preços no Sistema de Transparência do Município de Crato/CE e no Portal Nacional de



Contratações Públicas (PNCP), que focaram na análise de contratações semelhantes efetuadas anteriormente pelos órgãos.

Durante as buscas, foi identificado um Pregão Eletrônico, no Município de Crato/CE, cuja proposta consolidada foi apresentada pela empresa vencedora do certame no ano de 2023. Considerando que os valores dessa proposta foram estipulados no ano anterior, tornou-se necessário proceder à atualização monetária dos preços para refletir o valor presente.

Para tanto, foi utilizado o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), índice oficial de inflação utilizado no Brasil, que corrige valores monetários com o objetivo de manter o poder de compra da moeda. A atualização dos valores busca assegurar que a estimativa reflita com precisão o custo atual da aquisição, considerando a inflação ocorrida desde a data das propostas originais até o momento da elaboração deste estudo técnico preliminar.

Do mesmo modo, no PNCP, foi observado um Contrato proveniente de uma Inexigibilidade de Licitação, do Município de Mari/PB.

6.1 Dos materiais didáticos destinados aos alunos do Infantil II, III, IV e V

- Pregão Eletrônico nº 2023.10.26.1 (Crato/CE)
- Ata de Registro de Preços nº 2023.12.21.1, de 21 de dezembro de 2023
- Índice de correção no período (IPCA) 3,44945%

MATERIAIS DIDÁTICOS DESTINADOS AOS ALUNOS DO INFANTIL II, III, IV E V						
ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	VALOR REGISTRADO (R\$)	VALOR CORRIGIDO (R\$)	QTD.	VALOR TOTAL (R\$)
1	KIT DIDÁTICO PARA EDUCAÇÃO INFANTIL - INFANTIL II, MATERIAL DO ALUNO COMPOSTO DE NO MÍNIMO: 01 (UM) LIVRO "PRIMEIROS PASSOS", CORRESPONDENTE AO INFANTIL II, AUTOR: MARCOS AURÉLIO - EDIÇÃO RENOVADA, CAPA EM SUPREMO 250G COM LAMINAÇÃO BRILHO; 01 (UMA) AGENDA (CAPA EM PAPEL SUPREMO 250G COM PLASTIFICAÇÃO BRILHO E MIOLO EM PAPEL OFFSET 75 G CONTENDO 185 FOLHAS, ESPIRALADA, ADESIVOS, COM GRAVURAS E IMAGENS) E LIVRO DO ALUNO.	KIT	328,50	339,83	1141	387.746,03
2	KIT DIDÁTICO PARA EDUCAÇÃO INFANTIL - (INFANTIL III), MATERIAL DO ALUNO COMPOSTO DE NO MÍNIMO: 01 (UM) LIVRO "PRIMEIROS PASSOS VOL 1", CORRESPONDENTE AO INFANTIL III, AUTOR: MARCOS AURÉLIO - EDIÇÃO RENOVADA, CAPA EM SUPREMO 250G COM LAMINAÇÃO BRILHO; 01 (UMA) AGENDA (CAPA EM PAPEL SUPREMO 250G COM PLASTIFICAÇÃO BRILHO E MIOLO EM PAPEL OFFSET 75 G CONTENDO 185 FOLHAS, ESPIRALADA, ADESIVOS, COM GRAVURAS E IMAGENS) E LIVRO DO ALUNO.	KIT	328,50	339,83	1141	387.746,03



MATERIAIS DIDÁTICOS DESTINADOS AOS ALUNOS DO INFANTIL II, III, IV E V						
ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	VALOR REGISTRADO (R\$)	VALOR CORRIGIDO (R\$)	QTD.	VALOR TOTAL (R\$)
3	KIT DIDÁTICO PARA EDUCAÇÃO INFANTIL - (INFANTIL IV), MATERIAL DO ALUNO COMPOSTO DE NO MÍNIMO: 01 (UM) LIVRO "PRIMEIROS PASSOS VOL 2", CORRESPONDENTE AO INFANTIL IV, AUTOR: MARCOS AURÉLIO - EDIÇÃO RENOVADA, CAPA EM SUPREMO 250G COM LAMINAÇÃO BRILHO; 01 (UMA) AGENDA (CAPA EM PAPEL SUPREMO 250G COM PLASTIFICAÇÃO BRILHO E MIOLO EM PAPEL OFFSET 75 G CONTENDO 185 FOLHAS, ESPIRALADA, ADESIVOS, COM GRAVURAS E IMAGENS) E LIVRO DO ALUNO.	KIT	328,50	339,83	1420	482.558,60
4	KIT DIDÁTICO PARA EDUCAÇÃO INFANTIL - (INFANTIL V), MATERIAL DO ALUNO COMPOSTO DE NO MÍNIMO: 01 (UM) LIVRO "PRIMEIROS PASSOS VOL 3", CORRESPONDENTE AO INFANTIL V, AUTOR: MARCOS AURÉLIO - EDIÇÃO RENOVADA, CAPA EM SUPREMO 250G COM LAMINAÇÃO BRILHO; 01 (UMA) AGENDA (CAPA EM PAPEL SUPREMO 250G COM PLASTIFICAÇÃO BRILHO E MIOLO EM PAPEL OFFSET 75 G CONTENDO 185 FOLHAS, ESPIRALADA, ADESIVOS, COM GRAVURAS E IMAGENS) E LIVRO DO ALUNO.	KIT	328,50	339,83	1380	468.965,40
VALOR TOTAL (R\$):						1.727.016,06

6.2 Dos materiais estruturados para o SAEB (Prova Brasil) destinados aos alunos do Ensino Fundamental (1º ao 9º ano)

- Contrato nº 051/2024, de 01 de abril de 2024 (Mari/PB)
- Inexigibilidade de Licitação nº 004/2024

MATERIAIS ESTRUTURADOS PARA O SAEB (PROVA BRASIL) DESTINADOS AOS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL (1º AO 9º ANO)					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	VALOR REGISTRADO (R\$)	QTD.	VALOR TOTAL (R\$)
1	PROJETO DINÂMICA SAEB (PROVA BRASIL) - LIVRO DO ALUNO PARA O 1º ANO: LÍNGUA PORTUGUESA, 1º ANO, EDITORA DINÂMICA, AUTOR HERMAN REGIS	UND.	180,00	1650	297.000,00
2	PROJETO DINÂMICA SAEB (PROVA BRASIL) - LIVRO DO ALUNO PARA O 1º ANO: MATEMÁTICA, 1º ANO, EDITORA DINÂMICA, AUTORES HERMAN REGIS E FERNANDO REGIS	UND.	180,00	1650	297.000,00
3	PROJETO DINÂMICA SAEB (PROVA BRASIL) - LIVRO DO ALUNO PARA O 2º ANO: LÍNGUA PORTUGUESA, 2º ANO, EDITORA DINÂMICA, AUTOR HERMAN REGIS	UND.	180,00	1430	257.400,00
	PROJETO DINÂMICA SAEB (PROVA BRASIL) - LIVRO DO ALUNO PARA O 2º ANO: MATEMÁTICA, 2º ANO, EDITORA DINÂMICA, AUTORES HERMAN REGIS E FERNANDO REGIS	UND.	180,00	1430	257.400,00



5	PROJETO DINÂMICA SAEB (PROVA BRASIL) - LIVRO DO ALUNO PARA O 3º ANO: LÍNGUA PORTUGUESA, 3º ANO, EDITORA DINÂMICA, AUTOR HERMAN REGIS	UND.	180,00	1730	311.400,00
6	PROJETO DINÂMICA SAEB (PROVA BRASIL) - LIVRO DO ALUNO PARA O 3º ANO: MATEMÁTICA, 3º ANO, EDITORA DINÂMICA, AUTORES HERMAN REGIS E FERNANDO REGIS	UND.	180,00	1730	311.400,00
7	PROJETO DINÂMICA SAEB (PROVA BRASIL) - LIVRO DO ALUNO PARA O 4º ANO: LÍNGUA PORTUGUESA, 4º ANO, EDITORA DINÂMICA, AUTOR HERMAN REGIS	UND.	180,00	1560	280.800,00
8	PROJETO DINÂMICA SAEB (PROVA BRASIL) - LIVRO DO ALUNO PARA O 4º ANO: MATEMÁTICA, 4º ANO, EDITORA DINÂMICA, AUTORES HERMAN REGIS E FERNANDO REGIS	UND.	180,00	1560	280.800,00
9	PROJETO DINÂMICA SAEB (PROVA BRASIL) - LIVRO DO ALUNO PARA O 5º ANO: LÍNGUA PORTUGUESA, 5º ANO, EDITORA DINÂMICA, AUTOR HERMAN REGIS	UND.	180,00	1670	300.600,00
10	PROJETO DINÂMICA SAEB (PROVA BRASIL) - LIVRO DO ALUNO PARA O 5º ANO: MATEMÁTICA, 5º ANO, EDITORA DINÂMICA, AUTORES HERMAN REGIS E FERNANDO REGIS	UND.	180,00	1670	300.600,00
11	PROJETO DINÂMICA SAEB (PROVA BRASIL) - LIVRO DO ALUNO PARA O 6º ANO: LÍNGUA PORTUGUESA, 6º ANO, EDITORA DINÂMICA, AUTOR HERMAN REGIS	UND.	180,00	1935	348.300,00
12	PROJETO DINÂMICA SAEB (PROVA BRASIL) - LIVRO DO ALUNO PARA O 6º ANO: MATEMÁTICA, 6º ANO, EDITORA DINÂMICA, AUTORES HERMAN REGIS E FERNANDO REGIS	UND.	180,00	1935	348.300,00
13	PROJETO DINÂMICA SAEB (PROVA BRASIL) - LIVRO DO ALUNO PARA O 7º ANO: LÍNGUA PORTUGUESA, 7º ANO, EDITORA DINÂMICA, AUTOR HERMAN REGIS	UND.	180,00	1510	271.800,00
14	PROJETO DINÂMICA SAEB (PROVA BRASIL) - LIVRO DO ALUNO PARA O 7º ANO: MATEMÁTICA, 7º ANO, EDITORA DINÂMICA, AUTORES HERMAN REGIS E FERNANDO REGIS	UND.	180,00	1510	271.800,00
15	PROJETO DINÂMICA SAEB (PROVA BRASIL) - LIVRO DO ALUNO PARA O 8º ANO: LÍNGUA PORTUGUESA, 8º ANO, EDITORA DINÂMICA, AUTOR HERMAN REGIS	UND.	180,00	1700	306.000,00
16	PROJETO DINÂMICA SAEB (PROVA BRASIL) - LIVRO DO ALUNO PARA O 8º ANO: MATEMÁTICA, 8º ANO, EDITORA DINÂMICA, AUTORES HERMAN REGIS E FERNANDO REGIS	UND.	180,00	1700	306.000,00
17	PROJETO DINÂMICA SAEB (PROVA BRASIL) - LIVRO DO ALUNO PARA O 9º ANO: LÍNGUA PORTUGUESA, 9º ANO, EDITORA DINÂMICA, AUTOR HERMAN REGIS	UND.	180,00	2000	360.000,00
18	PROJETO DINÂMICA SAEB (PROVA BRASIL) - LIVRO DO ALUNO PARA O 9º ANO: MATEMÁTICA, 9º ANO, EDITORA DINÂMICA, AUTORES HERMAN REGIS E FERNANDO REGIS	UND.	180,00	2000	360.000,00
VALOR TOTAL (R\$):					5.466.600,00

6.3 Dos materiais didáticos destinados aos alunos da EJA

- Pregão Eletrônico nº 2023.10.26.1 (Crato/CE)
- Ata de Registro de Preços nº 2023.12.21.1, de 21 de dezembro de 2023
- Índice de correção no período (IPCA) 3,44945%



MATERIAIS DIDÁTICOS DESTINADOS AOS ALUNOS DA EJA						
ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	VALOR REGISTRADO (R\$)	VALOR CORRIGIDO (R\$)	QTD.	VALOR TOTAL (R\$)
1	ALFABETIZAÇÃO INICIAL (EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA I), 137 PÁGINAS NO LIVRO DO ALUNO. EDITORA DINÂMICA.	UND.	210,03	217,27	66	14.339,82
2	1ª ETAPA – CIDADANIA E SABER (EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA I), 228 PÁGINAS NO LIVRO DO ALUNO. EDITORA DINÂMICA.	UND.	210,03	217,27	66	14.339,82
3	2ª ETAPA – CIVISMO E MORAL (EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA II), 222 PÁGINAS NO LIVRO DO ALUNO. EDITORA DINÂMICA.	UND.	210,03	217,27	115	24.986,05
4	3ª ETAPA – ÉTICA E SOCIEDADE (EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA III), 282 PÁGINAS NO LIVRO DO ALUNO. EDITORA DINÂMICA.	UND.	210,03	217,27	187	40.629,49
5	4ª ETAPA – HONRA E PROGRESSO (EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA IV), 279 PÁGINAS NO LIVRO DO ALUNO. EDITORA DINÂMICA.	UND.	210,03	217,27	312	67.788,24
VALOR TOTAL (R\$):						162.083,42

6.7 Do valor global

Com base nas planilhas acima, verificou-se que o valor estimado da referida contratação é de R\$ 7.355.699,48 (sete milhões e trezentos e cinquenta e cinco mil e seiscentos e noventa e nove reais e quarenta e oito centavos). As respectivas pesquisas de preços seguem anexas ao presente ETP.

7 JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO (OU NÃO) DA SOLUÇÃO

A escolha do agrupamento em lotes justifica-se em virtude de os mesmos guardarem compatibilidade entre si, observando-se, inclusive, as regras de mercado para a contratação dos produtos, de modo a manter a competitividade necessária a disputa.

No objeto em tela, caso fosse adotado o critério de julgamento por item, geraria um número muito grande de vencedores para o atendimento de um mesmo objeto, o que dificultaria a coordenação das atividades, pois a Secretaria de Educação não conta com servidores suficientes para fiscalizar e acompanhar um elevado número de contratos. Desta feita optamos pelo critério de julgamento menor preço por Lote.

No que diz respeito ao princípio da economicidade em contratar a proposta mais vantajosa, individualizar a contratação do aludido objeto sobrecarrega a administração pública e encarece o contrato final, haja vista também que os licitantes possuem margem de negociação maior por estarem comercializando uma maior parcela (Lote) do objeto licitado. Desta forma, na divisão do objeto por lote, há um grande ganho para a Administração na economia de escala, tendo em vista que implicaria em aumento de quantitativos e conseqüentemente, numa redução de preços a serem pagos pela Administração.



Os Lotes 1, 3 e 5 serão reservados às microempresas, empresas de pequeno porte e as cooperativas que se enquadram nos termos disposto no inciso III do art. 48, da Lei Complementar nº 123/2006, e alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 147/2014.

Não havendo vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal, ou diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem preço do primeiro colocado.

Se a mesma licitante vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

Os Lotes 2, 4 e 6 serão de ampla disputa. Serão garantidas aos licitantes microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas que se enquadrem nos termos do art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, como critério de desempate, preferência de contratação nos termos previsto na Seção I, do Capítulo V, da Lei Complementar nº 123/2006 e alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 147/2014.

Assim, os lotes deverão ser agrupados da seguinte forma:

LOTE 1 - COTA RESERVADA ME E EPP					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	VALOR UNIT. (R\$)	QTD.	VALOR TOTAL (R\$)
1	KIT DIDÁTICO PARA EDUCAÇÃO INFANTIL - INFANTIL II, MATERIAL DO ALUNO COMPOSTO DE NO MÍNIMO: 01 (UM) LIVRO "PRIMEIROS PASSOS", CORRESPONDENTE AO INFANTIL II, AUTOR: MARCOS AURÉLIO - EDIÇÃO RENOVADA, CAPA EM SUPREMO 250G COM LAMINAÇÃO BRILHO; 01 (UMA) AGENDA (CAPA EM PAPEL SUPREMO 250G COM PLASTIFICAÇÃO BRILHO E MIOLO EM PAPEL OFFSET 75 G CONTENDO 185 FOLHAS, ESPIRALADA, ADESIVOS, COM GRAVURAS E IMAGENS) E LIVRO DO ALUNO.	KIT	339,83	285	96.851,55
2	KIT DIDÁTICO PARA EDUCAÇÃO INFANTIL - (INFANTIL III), MATERIAL DO ALUNO COMPOSTO DE NO MÍNIMO: 01 (UM) LIVRO "PRIMEIROS PASSOS VOL 1", CORRESPONDENTE AO INFANTIL III, AUTOR: MARCOS AURÉLIO - EDIÇÃO RENOVADA, CAPA EM SUPREMO 250G COM LAMINAÇÃO BRILHO; 01 (UMA) AGENDA (CAPA EM PAPEL SUPREMO 250G COM PLASTIFICAÇÃO BRILHO E MIOLO EM PAPEL OFFSET 75 G CONTENDO 185 FOLHAS, ESPIRALADA, ADESIVOS, COM GRAVURAS E IMAGENS) E LIVRO DO ALUNO.	KIT	339,83	285	96.851,55
3	KIT DIDÁTICO PARA EDUCAÇÃO INFANTIL - (INFANTIL IV), MATERIAL DO ALUNO COMPOSTO DE NO MÍNIMO: 01 (UM) LIVRO "PRIMEIROS PASSOS VOL 2", CORRESPONDENTE AO INFANTIL IV, AUTOR: MARCOS AURÉLIO - EDIÇÃO RENOVADA, CAPA EM SUPREMO 250G COM LAMINAÇÃO BRILHO; 01 (UMA) AGENDA (CAPA EM PAPEL SUPREMO 250G COM PLASTIFICAÇÃO BRILHO E MIOLO EM PAPEL OFFSET 75 G CONTENDO 185 FOLHAS, ESPIRALADA, ADESIVOS, COM GRAVURAS E IMAGENS) E LIVRO DO ALUNO.	KIT	339,83	355	120.639,65



LOTE 1 - COTA RESERVADA ME E EPP					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	VALOR UNIT. (R\$)	QTD.	VALOR TOTAL (R\$)
4	KIT DIDÁTICO PARA EDUCAÇÃO INFANTIL - (INFANTIL V), MATERIAL DO ALUNO COMPOSTO DE NO MÍNIMO: 01 (UM) LIVRO "PRIMEIROS PASSOS VOL 3", CORRESPONDENTE AO INFANTIL V, AUTOR: MARCOS AURÉLIO - EDIÇÃO RENOVADA, CAPA EM SUPREMO 250G COM LAMINAÇÃO BRILHO; 01 (UMA) AGENDA (CAPA EM PAPEL SUPREMO 250G COM PLASTIFICAÇÃO BRILHO E MIOLO EM PAPEL OFFSET 75 G CONTENDO 185 FOLHAS, ESPIRALADA, ADESIVOS, COM GRAVURAS E IMAGENS) E LIVRO DO ALUNO.	KIT	339,83	345	117.241,35
VALOR TOTAL (R\$):					431.584,10

LOTE 2 - AMPLA CONCORRÊNCIA					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	VALOR UNIT. (R\$)	QTD.	VALOR TOTAL (R\$)
1	KIT DIDÁTICO PARA EDUCAÇÃO INFANTIL - INFANTIL II, MATERIAL DO ALUNO COMPOSTO DE NO MÍNIMO: 01 (UM) LIVRO "PRIMEIROS PASSOS", CORRESPONDENTE AO INFANTIL II, AUTOR: MARCOS AURÉLIO - EDIÇÃO RENOVADA, CAPA EM SUPREMO 250G COM LAMINAÇÃO BRILHO; 01 (UMA) AGENDA (CAPA EM PAPEL SUPREMO 250G COM PLASTIFICAÇÃO BRILHO E MIOLO EM PAPEL OFFSET 75 G CONTENDO 185 FOLHAS, ESPIRALADA, ADESIVOS, COM GRAVURAS E IMAGENS) E LIVRO DO ALUNO.	KIT	339,83	856	290.894,48
2	KIT DIDÁTICO PARA EDUCAÇÃO INFANTIL - (INFANTIL III), MATERIAL DO ALUNO COMPOSTO DE NO MÍNIMO: 01 (UM) LIVRO "PRIMEIROS PASSOS VOL 1", CORRESPONDENTE AO INFANTIL III, AUTOR: MARCOS AURÉLIO - EDIÇÃO RENOVADA, CAPA EM SUPREMO 250G COM LAMINAÇÃO BRILHO; 01 (UMA) AGENDA (CAPA EM PAPEL SUPREMO 250G COM PLASTIFICAÇÃO BRILHO E MIOLO EM PAPEL OFFSET 75 G CONTENDO 185 FOLHAS, ESPIRALADA, ADESIVOS, COM GRAVURAS E IMAGENS) E LIVRO DO ALUNO.	KIT	339,83	856	290.894,48
3	KIT DIDÁTICO PARA EDUCAÇÃO INFANTIL - (INFANTIL IV), MATERIAL DO ALUNO COMPOSTO DE NO MÍNIMO: 01 (UM) LIVRO "PRIMEIROS PASSOS VOL 2", CORRESPONDENTE AO INFANTIL IV, AUTOR: MARCOS AURÉLIO - EDIÇÃO RENOVADA, CAPA EM SUPREMO 250G COM LAMINAÇÃO BRILHO; 01 (UMA) AGENDA (CAPA EM PAPEL SUPREMO 250G COM PLASTIFICAÇÃO BRILHO E MIOLO EM PAPEL OFFSET 75 G CONTENDO 185 FOLHAS, ESPIRALADA, ADESIVOS, COM GRAVURAS E IMAGENS) E LIVRO DO ALUNO.	KIT	339,83	1065	361.918,95

SECRETARIA
DE EDUCAÇÃO



PREFEITURA DO
CRATO



LOTE 2 - AMPLA CONCORRÊNCIA					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	VALOR UNIT. (R\$)	QTD.	VALOR TOTAL (R\$)
4	KIT DIDÁTICO PARA EDUCAÇÃO INFANTIL - (INFANTIL V), MATERIAL DO ALUNO COMPOSTO DE NO MÍNIMO: 01 (UM) LIVRO "PRIMEIROS PASSOS VOL 3", CORRESPONDENTE AO INFANTIL V, AUTOR: MARCOS AURÉLIO - EDIÇÃO RENOVADA, CAPA EM SUPREMO 250G COM LAMINAÇÃO BRILHO; 01 (UMA) AGENDA (CAPA EM PAPEL SUPREMO 250G COM PLASTIFICAÇÃO BRILHO E MIOLO EM PAPEL OFFSET 75 G CONTENDO 185 FOLHAS, ESPIRALADA, ADESIVOS, COM GRAVURAS E IMAGENS) E LIVRO DO ALUNO.	KIT	339,83	1035	351.724,05
VALOR TOTAL (R\$):					1.295.431,96

LOTE 3 - COTA RESERVADA ME E EPP					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	VALOR UNIT. (R\$)	QTD.	VALOR TOTAL (R\$)
1	PROJETO DINÂMICA SAEB (PROVA BRASIL) - LIVRO DO ALUNO PARA O 1º ANO: LÍNGUA PORTUGUESA, 1º ANO, EDITORA DINÂMICA, AUTOR HERMAN REGIS	UND.	180,00	412	74.160,00
2	PROJETO DINÂMICA SAEB (PROVA BRASIL) - LIVRO DO ALUNO PARA O 1º ANO: MATEMÁTICA, 1º ANO, EDITORA DINÂMICA, AUTORES HERMAN REGIS E FERNANDO REGIS	UND.	180,00	412	74.160,00
3	PROJETO DINÂMICA SAEB (PROVA BRASIL) - LIVRO DO ALUNO PARA O 2º ANO: LÍNGUA PORTUGUESA, 2º ANO, EDITORA DINÂMICA, AUTOR HERMAN REGIS	UND.	180,00	357	64.260,00
4	PROJETO DINÂMICA SAEB (PROVA BRASIL) - LIVRO DO ALUNO PARA O 2º ANO: MATEMÁTICA, 2º ANO, EDITORA DINÂMICA, AUTORES HERMAN REGIS E FERNANDO REGIS	UND.	180,00	357	64.260,00
5	PROJETO DINÂMICA SAEB (PROVA BRASIL) - LIVRO DO ALUNO PARA O 3º ANO: LÍNGUA PORTUGUESA, 3º ANO, EDITORA DINÂMICA, AUTOR HERMAN REGIS	UND.	180,00	432	77.760,00
6	PROJETO DINÂMICA SAEB (PROVA BRASIL) - LIVRO DO ALUNO PARA O 3º ANO: MATEMÁTICA, 3º ANO, EDITORA DINÂMICA, AUTORES HERMAN REGIS E FERNANDO REGIS	UND.	180,00	432	77.760,00
7	PROJETO DINÂMICA SAEB (PROVA BRASIL) - LIVRO DO ALUNO PARA O 4º ANO: LÍNGUA PORTUGUESA, 4º ANO, EDITORA DINÂMICA, AUTOR HERMAN REGIS	UND.	180,00	390	70.200,00
8	PROJETO DINÂMICA SAEB (PROVA BRASIL) - LIVRO DO ALUNO PARA O 4º ANO: MATEMÁTICA, 4º ANO, EDITORA DINÂMICA, AUTORES HERMAN REGIS E FERNANDO REGIS	UND.	180,00	390	70.200,00
9	PROJETO DINÂMICA SAEB (PROVA BRASIL) - LIVRO DO ALUNO PARA O 5º ANO: LÍNGUA PORTUGUESA, 5º ANO, EDITORA DINÂMICA, AUTOR HERMAN REGIS	UND.	180,00	417	75.060,00
10	PROJETO DINÂMICA SAEB (PROVA BRASIL) - LIVRO DO ALUNO PARA O 5º ANO: MATEMÁTICA, 5º ANO, EDITORA DINÂMICA, AUTORES HERMAN REGIS E FERNANDO REGIS	UND.	180,00	417	75.060,00
	PROJETO DINÂMICA SAEB (PROVA BRASIL) - LIVRO DO ALUNO PARA O 6º ANO: LÍNGUA PORTUGUESA, 6º ANO, EDITORA DINÂMICA,	UND.	180,00	483	86.940,00

SECRETARIA
DE EDUCAÇÃO



PREFEITURA DO
CRATO



LOTE 3 - COTA RESERVADA ME E EPP					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	VALOR UNIT. (R\$)	QTD.	VALOR TOTAL (R\$)
12	PROJETO DINÂMICA SAEB (PROVA BRASIL) - LIVRO DO ALUNO PARA O 6º ANO: MATEMÁTICA, 6º ANO, EDITORA DINÂMICA, AUTORES HERMAN REGIS E FERNANDO REGIS	UND.	180,00	483	86.940,00
13	PROJETO DINÂMICA SAEB (PROVA BRASIL) - LIVRO DO ALUNO PARA O 7º ANO: LÍNGUA PORTUGUESA, 7º ANO, EDITORA DINÂMICA, AUTOR HERMAN REGIS	UND.	180,00	377	67.860,00
14	PROJETO DINÂMICA SAEB (PROVA BRASIL) - LIVRO DO ALUNO PARA O 7º ANO: MATEMÁTICA, 7º ANO, EDITORA DINÂMICA, AUTORES HERMAN REGIS E FERNANDO REGIS	UND.	180,00	377	67.860,00
15	PROJETO DINÂMICA SAEB (PROVA BRASIL) - LIVRO DO ALUNO PARA O 8º ANO: LÍNGUA PORTUGUESA, 8º ANO, EDITORA DINÂMICA, AUTOR HERMAN REGIS	UND.	180,00	425	76.500,00
16	PROJETO DINÂMICA SAEB (PROVA BRASIL) - LIVRO DO ALUNO PARA O 8º ANO: MATEMÁTICA, 8º ANO, EDITORA DINÂMICA, AUTORES HERMAN REGIS E FERNANDO REGIS	UND.	180,00	425	76.500,00
17	PROJETO DINÂMICA SAEB (PROVA BRASIL) - LIVRO DO ALUNO PARA O 9º ANO: LÍNGUA PORTUGUESA, 9º ANO, EDITORA DINÂMICA, AUTOR HERMAN REGIS	UND.	180,00	500	90.000,00
18	PROJETO DINÂMICA SAEB (PROVA BRASIL) - LIVRO DO ALUNO PARA O 9º ANO: MATEMÁTICA, 9º ANO, EDITORA DINÂMICA, AUTORES HERMAN REGIS E FERNANDO REGIS	UND.	180,00	500	90.000,00
VALOR TOTAL (R\$):					1.365.480,00

LOTE 4 - AMPLA CONCORRÊNCIA					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	VALOR UNIT. (R\$)	QTD.	VALOR TOTAL (R\$)
1	PROJETO DINÂMICA SAEB (PROVA BRASIL) - LIVRO DO ALUNO PARA O 1º ANO: LÍNGUA PORTUGUESA, 1º ANO, EDITORA DINÂMICA, AUTOR HERMAN REGIS	UND.	180,00	1238	222.840,00
2	PROJETO DINÂMICA SAEB (PROVA BRASIL) - LIVRO DO ALUNO PARA O 1º ANO: MATEMÁTICA, 1º ANO, EDITORA DINÂMICA, AUTORES HERMAN REGIS E FERNANDO REGIS	UND.	180,00	1238	222.840,00
3	PROJETO DINÂMICA SAEB (PROVA BRASIL) - LIVRO DO ALUNO PARA O 2º ANO: LÍNGUA PORTUGUESA, 2º ANO, EDITORA DINÂMICA, AUTOR HERMAN REGIS	UND.	180,00	1073	193.140,00
4	PROJETO DINÂMICA SAEB (PROVA BRASIL) - LIVRO DO ALUNO PARA O 2º ANO: MATEMÁTICA, 2º ANO, EDITORA DINÂMICA, AUTORES HERMAN REGIS E FERNANDO REGIS	UND.	180,00	1073	193.140,00
5	PROJETO DINÂMICA SAEB (PROVA BRASIL) - LIVRO DO ALUNO PARA O 3º ANO: LÍNGUA PORTUGUESA, 3º ANO, EDITORA DINÂMICA, AUTOR HERMAN REGIS	UND.	180,00	1298	233.640,00
6	PROJETO DINÂMICA SAEB (PROVA BRASIL) - LIVRO DO ALUNO PARA O 3º ANO: MATEMÁTICA, 3º ANO, EDITORA DINÂMICA, AUTORES HERMAN REGIS E FERNANDO REGIS	UND.	180,00	1298	233.640,00
7	PROJETO DINÂMICA SAEB (PROVA BRASIL) - LIVRO DO ALUNO PARA O 4º ANO: LÍNGUA PORTUGUESA, 4º ANO, EDITORA DINÂMICA,	UND.	180,00	1170	210.600,00



LOTE 4 - AMPLA CONCORRÊNCIA					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	VALOR UNIT. (R\$)	QTD.	VALOR TOTAL (R\$)
8	PROJETO DINÂMICA SAEB (PROVA BRASIL) - LIVRO DO ALUNO PARA O 4º ANO: MATEMÁTICA, 4º ANO, EDITORA DINÂMICA, AUTORES HERMAN REGIS E FERNANDO REGIS	UND.	180,00	1170	210.600,00
9	PROJETO DINÂMICA SAEB (PROVA BRASIL) - LIVRO DO ALUNO PARA O 5º ANO: LÍNGUA PORTUGUESA, 5º ANO, EDITORA DINÂMICA, AUTOR HERMAN REGIS	UND.	180,00	1253	225.540,00
10	PROJETO DINÂMICA SAEB (PROVA BRASIL) - LIVRO DO ALUNO PARA O 5º ANO: MATEMÁTICA, 5º ANO, EDITORA DINÂMICA, AUTORES HERMAN REGIS E FERNANDO REGIS	UND.	180,00	1253	225.540,00
11	PROJETO DINÂMICA SAEB (PROVA BRASIL) - LIVRO DO ALUNO PARA O 6º ANO: LÍNGUA PORTUGUESA, 6º ANO, EDITORA DINÂMICA, AUTOR HERMAN REGIS	UND.	180,00	1452	261.360,00
12	PROJETO DINÂMICA SAEB (PROVA BRASIL) - LIVRO DO ALUNO PARA O 6º ANO: MATEMÁTICA, 6º ANO, EDITORA DINÂMICA, AUTORES HERMAN REGIS E FERNANDO REGIS	UND.	180,00	1452	261.360,00
13	PROJETO DINÂMICA SAEB (PROVA BRASIL) - LIVRO DO ALUNO PARA O 7º ANO: LÍNGUA PORTUGUESA, 7º ANO, EDITORA DINÂMICA, AUTOR HERMAN REGIS	UND.	180,00	1133	203.940,00
14	PROJETO DINÂMICA SAEB (PROVA BRASIL) - LIVRO DO ALUNO PARA O 7º ANO: MATEMÁTICA, 7º ANO, EDITORA DINÂMICA, AUTORES HERMAN REGIS E FERNANDO REGIS	UND.	180,00	1133	203.940,00
15	PROJETO DINÂMICA SAEB (PROVA BRASIL) - LIVRO DO ALUNO PARA O 8º ANO: LÍNGUA PORTUGUESA, 8º ANO, EDITORA DINÂMICA, AUTOR HERMAN REGIS	UND.	180,00	1275	229.500,00
16	PROJETO DINÂMICA SAEB (PROVA BRASIL) - LIVRO DO ALUNO PARA O 8º ANO: MATEMÁTICA, 8º ANO, EDITORA DINÂMICA, AUTORES HERMAN REGIS E FERNANDO REGIS	UND.	180,00	1275	229.500,00
17	PROJETO DINÂMICA SAEB (PROVA BRASIL) - LIVRO DO ALUNO PARA O 9º ANO: LÍNGUA PORTUGUESA, 9º ANO, EDITORA DINÂMICA, AUTOR HERMAN REGIS	UND.	180,00	1500	270.000,00
18	PROJETO DINÂMICA SAEB (PROVA BRASIL) - LIVRO DO ALUNO PARA O 9º ANO: MATEMÁTICA, 9º ANO, EDITORA DINÂMICA, AUTORES HERMAN REGIS E FERNANDO REGIS	UND.	180,00	1500	270.000,00
VALOR TOTAL (R\$):					4.101.120,00

LOTE 5 - COTA RESERVADA ME E EPP					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	VALOR UNIT. (R\$)	QTD.	VALOR TOTAL (R\$)
1	ALFABETIZAÇÃO INICIAL (EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EJA I), 137 PÁGINAS NO LIVRO DO ALUNO. EDITORA DINÂMICA.	UND.	217,27	16	3.476,32
2	1ª ETAPA - CIDADANIA E SABER (EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EJA I), 228 PÁGINAS NO LIVRO DO ALUNO. EDITORA DINÂMICA.	UND.	217,27	16	3.476,32
3	2ª ETAPA - CIVISMO E MORAL (EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EJA II), 222 PÁGINAS NO LIVRO DO ALUNO.	UND.	217,27	28	6.083,56



LOTE 5 - COTA RESERVADA ME E EPP					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	VALOR UNIT. (R\$)	QTD.	VALOR TOTAL (R\$)
4	3ª ETAPA – ÉTICA E SOCIEDADE (EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA III), 282 PÁGINAS NO LIVRO DO ALUNO. EDITORA DINÂMICA.	UND.	217,27	46	9.994,42
5	4ª ETAPA – HONRA E PROGRESSO (EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA IV), 279 PÁGINAS NO LIVRO DO ALUNO. EDITORA DINÂMICA.	UND.	217,27	78	16.947,06
VALOR TOTAL (R\$):					39.977,68

LOTE 6 - AMPLA CONCORRÊNCIA					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	VALOR UNIT. (R\$)	QTD.	VALOR TOTAL (R\$)
1	ALFABETIZAÇÃO INICIAL (EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA I), 137 PÁGINAS NO LIVRO DO ALUNO. EDITORA DINÂMICA.	UND.	217,27	50	10.863,50
2	1ª ETAPA – CIDADANIA E SABER (EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA I), 228 PÁGINAS NO LIVRO DO ALUNO. EDITORA DINÂMICA.	UND.	217,27	50	10.863,50
3	2ª ETAPA – CIVISMO E MORAL (EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA II), 222 PÁGINAS NO LIVRO DO ALUNO. EDITORA DINÂMICA.	UND.	217,27	87	18.902,49
4	3ª ETAPA – ÉTICA E SOCIEDADE (EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA III), 282 PÁGINAS NO LIVRO DO ALUNO. EDITORA DINÂMICA.	UND.	217,27	141	30.635,07
5	4ª ETAPA – HONRA E PROGRESSO (EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA IV), 279 PÁGINAS NO LIVRO DO ALUNO. EDITORA DINÂMICA.	UND.	217,27	234	50.841,18
VALOR TOTAL (R\$):					122.105,74

8 CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Para esta solução não há contratações correlatas nem interdependentes que guardam relação/afinidade/dependência com o objeto da compra/contratação pretendida, sejam elas já realizadas ou contratações futuras.

9 ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

O processo em apreço encontra-se previsto no Plano de Contratações Anual (PCA) 2024 da Secretaria Municipal da Educação, item 2.

10 RESULTADOS PRETENDIDOS

A aquisição dos livros didáticos destinados aos alunos da rede pública municipal de ensino do Município de Crato/CE visa alcançar resultados significativos, tanto no aspecto quanto no integral dos estudantes. O fornecimento de material



didático adequado é essencial para assegurar que os alunos tenham acesso a recursos que favoreçam o aprendizado, possibilitando o desenvolvimento de competências e habilidades necessárias para sua formação cidadã e acadêmica.

Primeiramente, espera-se que os livros didáticos adquiridos contribuam diretamente para a melhoria da qualidade do ensino oferecido nas escolas municipais. Ao disponibilizar material didático atualizado e alinhado com as diretrizes curriculares, busca-se promover um ambiente de aprendizagem mais eficiente, que facilite a compreensão dos conteúdos e estimule o interesse dos alunos. Esse ambiente, por sua vez, é fundamental para a elevação dos índices de desempenho escolar, tanto nas avaliações internas quanto em exames nacionais, como o SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica).

Além disso, a distribuição de livros didáticos específicos para cada etapa de ensino, desde a educação infantil até a educação de jovens e adultos (EJA), visa garantir que todos os alunos, independentemente de sua faixa etária ou contexto social, tenham acesso a recursos pedagógicos adequados às suas necessidades. A inclusão de materiais destinados à EJA, por exemplo, tem como objetivo principal facilitar o processo de reintegração desses alunos ao ambiente escolar, incentivando a continuidade de seus estudos e, conseqüentemente, sua inserção no mercado de trabalho e na sociedade.

Outro resultado almejado é a padronização do ensino em toda a rede municipal, assegurando que todos os alunos tenham acesso a um currículo coeso e estruturado, independentemente da escola em que estejam matriculados. Essa uniformidade é crucial para a equidade no processo educacional, garantindo que todos os estudantes possam progredir de maneira semelhante em seu percurso acadêmico.

Por fim, a aquisição dos livros didáticos pretende fortalecer o papel dos professores, oferecendo-lhes ferramentas pedagógicas que não apenas auxiliem na transmissão do conhecimento, mas que também incentivem a inovação e a criatividade no planejamento das aulas. Ao proporcionar material de apoio que contemple diferentes abordagens pedagógicas, espera-se que os docentes possam diversificar suas práticas de ensino, tornando-as mais atrativas e eficazes.

11 PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO

Para a plenitude da solução contratada, não se faz necessária grandes adequações no ambiente do órgão/secretaria ou mudanças significativas nos procedimentos em uso.

12 IMPACTOS AMBIENTAIS

Dada a natureza do objeto que se pretende adquirir, não se verifica impactos ambientais relevantes, sendo necessário tão somente que a licitante atenda aos critérios e política de sustentabilidade ambiental já abordados neste ETP.

13 DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE (OU NÃO) DA CONTRATAÇÃO

O presente Estudo Técnico Preliminar, considerando a análise das alternativas de

SECRETARIA
DE EDUCAÇÃO




PREFEITURA DO
CRATO



normativos, conclui pela VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO, uma vez considerados os seus potenciais benefícios em termos de eficácia, eficiência e efetividade. Em complemento, os requisitos listados atendem adequadamente às demandas formuladas, pelo que RECOMENDAMOS o prosseguimento da pretensão contratual.

Crato/CE, 27 de agosto de 2024.


FRANCISCA TATIANE DINO NORONHA
Matrícula nº 24750
Assessor I

ANEXO II - CARTA PROPOSTA

À

Pregoeira do Município de Crato/CE.

Ref.: Pregão Eletrônico nº _____

A proposta comercial encontra-se em conformidade com as informações previstas no edital e seus anexos.

1. Identificação do licitante:

- Razão Social:
- CPF/CNPJ e Inscrição Municipal e Estadual:
- Endereço completo:
- Representante Legal (nome, nacionalidade, estado civil, profissão, RG, CPF, domicílio):
- Telefone, celular, fax, e-mail:

2. Condições Gerais da Proposta:

- A presente proposta é válida por ____ (____) dias, contados da data de sua emissão.

3. Formação do Preço

Grupo ____						
Item	Especificação	Unid.	Quant.	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)	
Valor Total						

Declaro para os devidos fins que nos preços oferecidos estão incluídas todas as despesas incidentes sobre o fornecimento referente a frete, tributos, deslocamento de pessoal e demais ônus pertinentes à fabricação e transporte do objeto licitado.

Declaro, sob as penas da lei, em especial o art 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- a) a proposta apresentada foi elaborada de maneira independente, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação de que trata o Edital, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- b) a intenção de apresentar a proposta não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante em potencial;
- c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante em potencial a participar ou não da referida licitação;
- d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato, antes da

adjudicação do objeto da referida licitação;

e) que o conteúdo da proposta apresentada para participar não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante da Administração, antes da abertura oficial das propostas; e

f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Declaro sob as penas da Lei, que os preços praticados na proposta de preços, estão de acordo com os preços praticados no mercado atual, ciente da responsabilidade e das penalidades caso estejam inexequíveis ou superfaturados.

Local, data

Assinatura de representante legal

(nome do cargo)

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº _____

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 2024.____.____.____

O **MUNICÍPIO DE CRATO/CE**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ Nº 07.587.975/0001-07, com sede no Largo Júlio Saraiva, S/N, Centro, Crato/CE, através da **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**, neste ato representado pelo Sr. xxxxxxxx, portador da matrícula _____, Portaria nº xxxxxxxx, doravante denominado **GERENCIADOR**, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 1602001/2023 – GP, face ao resultado obtido no Pregão Eletrônico nº _____, resolve formalizar **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº _____**, com a empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, com sede em _____, neste ato representada por _____, conforme contrato social/ato constitutivo/procuração, doravante denominada **DETENTORA DA ATA**, conforme cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA- DO OBJETO

1.1. Esta Ata tem por objeto **SELEÇÃO DE MELHOR PROPOSTA PARA REGISTRO DE PREÇOS VISANDO FUTURAS E EVENTUAIS CONTRATAÇÕES PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CRATO/CE**, cujas especificações e quantitativos encontram-se detalhados no Termo de Referência do Edital de Pregão Eletrônico nº _____, que passa a fazer parte desta Ata, juntamente com a proposta vencedora, e agora **DETENTORA DA ATA**.

1.2. Este instrumento não obriga a Administração a firmar contratações exclusivamente por seu intermédio, podendo realizar licitações específicas, obedecida a legislação pertinente, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie aos detentores do registro de preços, sendo-lhes assegurado a preferência em igualdade de condições, bem como não obriga à contratação da totalidade de bens registrados.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PARTICIPANTES E DAS QUANTIDADES REGISTRADAS

2.1. Figura(m) como **PARTICIPANTE(S)** da presente Ata de Registro de Preços os seguintes órgãos e entidades administrativas, com os quantitativos estimados abaixo definidos:

2.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos ou no valor máximo da despesa estabelecidos nesta Ata.

CLÁUSULA TERCEIRA- DO PREÇO

3.1. A **DETENTORA DA ATA** se compromete a fornecer o(s) item(ns) registrados, de acordo com os seguintes preços:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND DE MED.	QUANT.	PREÇO UNIT.	TOTAL
VALOR TOTAL DO ITEM/LOTE:					

3.2. Os preços registrados abrangerão os custos diretos e indiretos decorrentes do fornecimento do objeto, incluindo tributos, encargos trabalhistas e comerciais, seguros, despesas de administração, lucro, custos com transporte, frete e demais despesas correlatas.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA DA ATA E DA PRORROGAÇÃO

4.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade pelo prazo **12 (doze) meses**, contados a partir da data da sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, facultada a renovação dos quantitativos previstos, inclusive para fins de adesão por não participantes, desde que seja comprovada a vantajosidade dos preços registrados.

CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTE

5.1. O preço registrado nesta Ata apenas poderá ser reajustado após decorrido 01 (um) ano da data de elaboração do orçamento estimado da licitação, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

5.2. A DETENTORA DA ATA deverá apresentar o pedido formal de reajuste ao GERENCIADOR durante a vigência da Ata e antes da data de eventual formalização da prorrogação do seu prazo de vigência, sob pena de preclusão do direito ao reajustamento.

5.3. O pedido de reajuste deverá ser analisado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias e será formalizado mediante apostilamento.

5.4. Aplicado o reajuste na Ata, os contratos formalizados posteriormente à sua concessão já serão firmados com o preço reajustado.

CLÁUSULA SEXTA - DA REVISÃO DOS PREÇOS

6.1. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente decorrente de força maior, caso fortuito, fato do príncipe ou fatos imprevisíveis ou previsíveis de efeitos incalculáveis, e for inviável a manutenção da Ata nas condições originalmente pactuadas, o GERENCIADOR convocará a DETENTORA DA ATA para negociar a redução do preço registrado.

6.1.1. A recusa da DETENTORA DA ATA em reduzir seus preços na forma prevista no item 6.1. implicará o cancelamento parcial ou integral do registro de preços e a liberação da DETENTORA DA ATA, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.2. Quando o preço registrado se tornar superior em virtude da criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, com comprovada repercussão sobre a Ata, o GERENCIADOR

convocará a DETENTORA para proceder à redução dos preços de acordo com os novos encargos.

6.2.1. A recusa da DETENTORA DA ATA em reduzir seus preços na forma prevista no item 6.2 implicará o cancelamento parcial ou integral do registro de preços, com aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e nesta Ata.

6.3. Quando o preço de mercado se tornar superior ao preço registrado, é facultado à DETENTORA DA ATA requerer a revisão dos valores, desde que atendidos os seguintes requisitos:

- a) Comprovação do motivo superveniente decorrente de força maior, caso fortuito, fato do príncipe, fato da Administração ou fato imprevisível ou previsível de efeitos incalculáveis;
- b) Demonstração, por meio da apresentação de planilha de custos ou memória de cálculo, quando couber, acompanhada de documentação comprobatória correlata, de que os preços registrados estão desatualizados e se tornaram inviáveis.

6.3.1. O GERENCIADOR decidirá sobre o pedido de revisão no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de conclusão da instrução do requerimento.

6.3.2. Durante o período de análise do pedido, o GERENCIADOR, mediante solicitação da DETENTORA DA ATA, poderá suspender as novas autorizações de consumo/adesão à Ata de Registro de Preços.

6.3.3. Indeferido o pedido de revisão, por ausência de prova efetiva dos requisitos previstos no item 6.3, a DETENTORA DA ATA fica obrigada a manter os compromissos assumidos pelos preços originalmente registrados, sob pena de cancelamento do registro de preços e aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e nesta Ata.

6.3.4. Comprovada a desatualização dos preços registrados, a Ata poderá ser revisada e, caso a DETENTORA DA ATA não aceite os novos preços indicados, o Registro de Preços será, parcial ou integralmente, cancelado e a DETENTORA DA ATA liberada do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.4. O registro de preços também poderá ser revisado se a DETENTORA DA ATA formular proposta superveniente para redução dos preços registrados.

6.4.1. A redução de preços proposta não repercutirá na ordem de preferência de lotes/itens espelhados, que considerará os preços finais apresentados no certame.

6.5. Qualquer revisão nos preços registrados deve ser formalizada mediante termo aditivo e requer a apresentação de nova proposta de preço e/ou nova planilha de custos e formação de preço, conforme o caso, seguindo o modelo constante do edital.

6.6. A revisão dos preços registrados em Ata será aplicada automaticamente aos contratos formalizados posteriormente à sua implantação.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. A DETENTORA DA ATA está obrigada a celebrar as contratações que dela poderão advir, observadas as condições estabelecidas no Edital, em seus anexos e nesta Ata.

7.2. As contratações decorrentes desta Ata de Registro de Preços serão formalizadas mediante a

assinatura de termo de contrato, conforme modelo constante do Edital, respeitado o prazo de vigência da Ata.

7.3. A DETENTORA DA ATA será convocada para assinatura do termo de contrato no prazo de 05(CINCO)DIAS ÚTEIS a contar da convocação, sob pena de decair o direito à contratação.

7.4. O prazo para assinatura do termo de contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação da DETENTORA DA ATA antes do decurso do prazo assinalado e desde que ocorra motivo justo, aceito pela Administração.

7.5. O não comparecimento ou a recusa injustificada da DETENTORA DA ATA em assinar o contrato no prazo assinalado enseja o cancelamento do registro de preços e a aplicação das penalidades previstas nesta Ata.

7.5.1. A instauração do processo de apuração e de aplicação de penalidades compete ao órgão ou entidade interessada na contratação.

7.6. Por ocasião da convocação para assinatura do contrato, o órgão ou entidade interessada na contratação deverá consultar a regularidade da DETENTORA DA ATA perante o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) e verificar a validade dos documentos de habitação fiscal, social e trabalhista apresentados na licitação, por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais, certificando nos autos a regularidade e anexando os documentos obtidos.

7.6.1. Se não for possível atualizar os documentos por meio eletrônico, a DETENTORA DA ATA será notificada para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade, mediante a apresentação das respectivas certidões vigentes, sob pena de decair do direito à contratação e haver o cancelamento do registro de preços.

7.7. Nas hipóteses do item 7.5 e 7.6, o GERENCIADOR poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, se houver, ou os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura de nova Ata, observado o disposto no art. 90, §§ 2º e 4º da Lei 14.133, de 2021.

CLÁUSULA OITAVA- DAS OBRIGAÇÕES DO GERENCIADOR

8.1. O ÓRGÃO GERENCIADOR deverá:

8.1.1. Assinar, gerenciar e fiscalizar a Ata de Registro de Preços;

8.1.2. Divulgar a Ata e suas eventuais alterações, durante toda a sua vigência, no Sítio Eletrônico Do Município e no Portal Nacional de Contratações Públicas;

8.1.3. Autorizar e gerenciar pedidos de consumo dos órgãos participantes e pedidos de adesão dos não participantes;

8.1.4. Observar os quantitativos e limites estabelecidos para os órgãos participantes e não participantes;

8.1.5. Remanejar os quantitativos da Ata, quando cabível;

8.1.6. Analisar pedidos de reajuste e revisão dos preços registrados, conduzindo as renegociações

necessárias;

8.1.7. Instaurar processo de apuração e aplicação de penalidade, garantida a ampla defesa e o contraditório, em caso de cometimento de ilícitos decorrentes da Ata de Registro de Preços;

8.1.8. Formalizar a prorrogação do prazo de vigência da Ata, quando cabível;

8.1.9. Convocar os integrantes do Cadastro de Reserva, se houver, em caso de cancelamento parcial ou integral do registro de preços;

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO DETENTOR DA ATA

9.1. A DETENTORA DA ATA obriga-se a:

9.1.1. Manter o preço registrado e demais condições previstas durante todo o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços;

9.1.2. Manter, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços e de eventuais contratações decorrentes, as condições de habilitação exigidas para participação na licitação, inclusive sua inscrição no CADFOR-PE;

9.1.3. Assinar os contratos ou retirar as ordens de fornecimento decorrentes desta Ata da Registro de Preços no prazo assinalado.

9.1.4. Prestar as informações solicitadas pelo GERENCIADOR, durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da solicitação.

9.1.5. Designar preposto para representá-la perante o GERENCIADOR, sempre que for necessário.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA ADESÃO DE ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE

10.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado dos procedimentos iniciais da licitação para o registro de preços, doravante denominado NÃO PARTICIPANTE, mediante anuência do GERENCIADOR, atendidas as condições previstas no art. 86, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

10.2. Cada órgão ou entidade NÃO PARTICIPANTE poderá aderir a até 50% (cinquenta por cento) do quantitativo dos itens registrados na Ata de Registro de Preços.

10.3. A soma de todas as adesões por NÃO PARTICIPANTES não poderá exceder ao dobro do quantitativo de cada item registrado, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

10.4. A adesão do NÃO PARTICIPANTE requer anuência do GERENCIADOR e da DETENTORA DA ATA e será autorizada desde que não haja prejuízo para as obrigações decorrentes desta Ata.

10.5. A adesão deverá seguir as condições previstas no Edital e seus anexos, sendo efetivada na forma prevista no item 8.1, em até 90 (noventa) dias a contar da autorização do GERENCIADOR, admitida a prorrogação excepcional e justificada, desde que observado o prazo de vigência desta Ata.

10.6. Os PARTICIPANTES poderão utilizar o quantitativo passível de adesão previsto nos itens 10.2 e 10.3, após exaurido o quantitativo total registrado, desde que haja concordância da DETENTORA DA

ATA.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DO CANCELAMENTO DA ATA

11.1. O registro de preços da DETENTORA DA ATA será cancelado quando esta:

11.1.1. Descumprir as condições nela previstas;

11.1.2. Não manter as condições de habilitação exigidas na licitação;

11.1.3. Recusar-se injustificadamente a assinar os contratos decorrentes desta Ata;

11.1.4. Recusar-se a reduzir o preço registrado, na hipótese de este tornar-se superior àqueles praticados no mercado;

11.1.5. Tiver sua falência decretada ou for dissolvida;

11.1.6. Sofrer penalidade administrativa que impeça sua contratação, salvo se a sanção não ultrapassar o prazo de vigência desta Ata e não for o GERENCIADOR o responsável por sua aplicação, hipótese em que o registro de preços poderá ser mantido pelo prazo remanescente, após cumprida a penalidade, mediante decisão fundamentada do GERENCIADOR.

11.2. A Ata de Registro de Preços será cancelada também por razões de interesse público ou em decorrência de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento das obrigações definidas nesta Ata de Registro de Preços, devidamente comprovados e justificados.

11.3. A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS poderá ser cancelada em caso de extinção antecipada do contrato dela decorrente firmado pelo GERENCIADOR.

11.4. Será assegurado o contraditório e a ampla defesa antes do cancelamento do registro de preços, ressalvada a hipótese de que trata o item 11.1.6.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As penalidades e sanções referentes ao certame serão dispostas em edital, conforme disposição do Setor de Licitações e Contratos, e atenderão aos moldes da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.2. As penalidades e sanções que deverão constar em minuta contratual e minuta da ata devem atender ao disposto abaixo.

12.3. O contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

12.3.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

12.3.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.3.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

12.3.4. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.3.5. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

- 12.3.6. Prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- 12.3.7. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 9.3.8. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 12.3.9. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 12.4. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:
- 12.4.1. advertência;
- 12.4.2. multa;
- 12.4.3. Impedimento de licitar e contratar;
- 12.4.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 12.5. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 12.5.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 12.5.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 12.5.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 12.5.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 12.5.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 12.6. A sanção prevista no item 12.4.1 será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no item 12.3.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
- 12.7. A sanção prevista no item 12.4.3 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.3.2, 12.3.3, 12.3.4 e 12.3.5, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município do Crato/CE, pelo prazo máximo de 03 (três) anos, a ser definido em processo de penalização.
- 12.8. A sanção prevista no item 12.4.4 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.3.6, 12.3.7, 12.3.8 e 12.3.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.3.2, 12.3.3, 12.3.4 e 12.3.5 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no 12.7, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos, a ser definido em processo de penalização.
- 12.9. A sanção estabelecida no item 12.4.4 será precedida de análise jurídica e é de competência exclusiva do Secretário Municipal;
- 12.10. As sanções previstas nos itens 12.4.1, 12.4.3 e 12.4.4 poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no item 12.4.2.
- 12.11. A aplicação de multa se dará:
- 12.11.1. Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor do contrato,

até o limite de 10 (dez) dias;

12.11.2. Compensatória, para as infrações descritas nos itens 12.3.6 e 12.3.9, de 0,5% a 5% do valor do Contrato.

12.11.3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista no item 12.3.3, de 5% a 10% do valor do Contrato.

12.11.4. Para infração descrita no item 12.3.2, a multa será de 10% a 15% do valor do Contrato.

12.11.5. Para infrações descritas no item 12.3.5, a multa será de 1% a 5% do valor do Contrato.

12.11.6. Para a infração descrita no item 12.3.1, a multa será de 1% a 10% do valor do Contrato.

12.12. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

12.13. Na aplicação da sanção prevista no item 12.4.2, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.14. A aplicação das sanções previstas nos itens 12.4.3 e 12.4.4 requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta conforme Lei Federal nº 14.133/2021, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.15. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nas disposições legais.

12.16. O procedimento de responsabilização será regido por Instrução Normativa a ser firmada pela administração pública.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORNECIMENTO E PAGAMENTO

13.1. Os ditames sobre fornecimento, prestação de serviço, pagamento, estão dispostos no contrato, conforme Edital e Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.1. Fica eleito o foro do município de Crato, para conhecer das questões relacionadas com esta Ata que não possam ser resolvidas pelos meios administrativos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

15.1. Esta Ata de Registro de Preço será publicada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), bem como no Sítio Eletrônico do Município, devendo a sua divulgação ser mantida durante toda a vigência.



Assinam esta Ata, os signatários relacionados e qualificados a seguir, os quais firmam o compromisso de zelar pelo fiel cumprimento das suas cláusulas e condições.

Crato - CE, _____ de _____ de 2024.

ÓRGÃO GERENCIADOR

ÓRGÃO PARTICIPANTE 1

ÓRGÃO PARTICIPANTE 2

EMPRESA DETENTORA DA ATA



PROCURADORIA
GERAL DO MUNICÍPIO
SETOR DE LICITAÇÕES



PREFEITURA DO
CRATO



MINUTA DO TERMO DE CONTRATO
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

(Processo Administrativo nº 114962024)
Pregão Eletrônico nº 2024.10.03.1

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº

CONTRATO ADMINISTRATIVO, QUE FAZEM ENTRE SI O
MUNICÍPIO DE CRATO-CE, POR INTERMÉDIO DA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E
.....

O **MUNICÍPIO DE CRATO-CE**, por intermédio da **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**, com sede no largo Júlio Saraiva, s/n, Centro, Crato-CE, inscrito no CNPJ sob o nº 07.587.975/0001-07, neste ato representada pelo Secretário Sr. **GERMANA MARIA BRITO RODRIGUES ALENCAR**, nomeado pela Portaria nº xxxxxx/GP, de ___ de _____ de ____, publicada no DOM de ___ de ___ de ____, doravante denominado **CONTRATANTE**, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designado **CONTRATADO**, neste ato representado(a) por, conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº 62512024 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n. 2024.06.25.1, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO (art. 92. I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a **SELEÇÃO DE MELHOR PROPOSTA PARA REGISTRO DE PREÇOS VISANDO FUTURAS E EVENTUAIS CONTRATAÇÕES PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CRATO/CE**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1					
2					
3					
...					

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;



- 1.3.4. A Ata de Registro de Preços
- 1.3.5. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é de até _____ contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.2. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

- 3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

- 4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA - PREÇO (art. 92, V)

- 5.1. O valor total da contratação é de R\$...... (.....)
- 5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- 5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

- 6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

- 7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em __/__/__.



- 7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.
- 7.9. Os valores contratados poderão ser alterados para atender ao aumento ou diminuição do item contratado ou para reestabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, conforme o artigo nº 124 da lei nº 14.133/21 e Anexo VII do Decreto Municipal nº 1602001/2023-GP.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

- 8.1. São obrigações do Contratante:
- 8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;



PROCURADORIA
GERAL DO MUNICÍPIO
SETOR DE LICITAÇÕES



PREFEITURA DO
CRATO



8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.9.1. A Administração terá o prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis.

8.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede



do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;

9.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei n.º 14.133, de 2021.

9.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

10. CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.



10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

11.1. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. Em caso opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

11.3. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

11.4. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os requisitos estabelecidos no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.



12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

- 12.1. As penalidades e sanções referentes ao certame serão dispostas em edital, conforme disposição do Setor de Licitações e Contratos, e atenderão aos moldes da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 12.2. As penalidades e sanções que deverão constar em minuta contratual e minuta da ata devem atender ao disposto abaixo.
- 12.3. O contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:
- 12.4. Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- 12.5. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 12.6. Dar causa à inexecução total do contrato;
- 12.7. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 12.8. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 12.9. Prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- 12.10. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 12.11. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 12.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 12.13. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:
- 12.14. advertência;
- 12.15. multa;
- 12.16. Impedimento de licitar e contratar;
- 12.17. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 12.18. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 12.19. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 12.20. as peculiaridades do caso concreto;
- 12.21. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 12.22. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 12.23. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 12.24. A sanção prevista no item 12.4.1 será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no item 12.3.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.



12.25. A sanção prevista no item 12.4.3 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.3.2, 12.3.3, 12.3.4 e 12.3.5, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município do Crato/CE, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, a ser definido em processo de penalização.

12.26. A sanção prevista no item 12.4.4 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.3.6, 12.3.7, 12.3.8 e 12.3.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.3.2, 12.3.3, 12.3.4 e 12.3.5 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no 12.7, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos, a ser definido em processo de penalização.

12.27. A sanção estabelecida no item 12.4.4 será precedida de análise jurídica e é de competência exclusiva do Secretário Municipal;

12.28. As sanções previstas nos itens 12.4.1, 12.4.3 e 12.4.4 poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no item 12.4.2.

12.29. A aplicação de multa se dará:

12.30. Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor do contrato, até o limite de 10 (dez) dias;

12.31. Compensatória, para as infrações descritas nos itens 12.3.6 e 12.3.9, de 0,5% a 5% do valor do Contrato.

12.32. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista no item 12.3.3, de 5% a 10% do valor do Contrato.

12.33. Para infração descrita no item 12.3.2, a multa será de 10% a 15% do valor do Contrato.

12.34. Para infrações descritas no item 12.3.5, a multa será de 1% a 5% do valor do Contrato.

12.35. Para a infração descrita no item 12.3.1, a multa será de 1% a 10% do valor do Contrato.

12.36. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

12.37. Na aplicação da sanção prevista no item 12.4.2, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.38. A aplicação das sanções previstas nos itens 12.4.3 e 12.4.4 requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta conforme Lei Federal nº 14.133/2021, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.39. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nas disposições legais.



12.40. O procedimento de responsabilização será regido por Instrução Normativa a ser firmada pela administração pública.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

13.1. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.1.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.1.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.1.2. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.2.1.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.2.1.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.2.1.3. Indenizações e multas.

13.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13.4. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I. Dotação Orçamentária: -----

II. Elemento de Despesa: -----

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições



PROCURADORIA
GERAL DO MUNICÍPIO
SETOR DE LICITAÇÕES



PREFEITURA DO
CRATO



contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA- FORO (art. 92, §1º)

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça da Comarca de Crato no Estado do Ceará, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Crato-CE, ___ de _____ de 2024.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-